

Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos

PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA: HISTÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NOS JORNAIS DE ALAGOAS (1874-1888)



PRODUTO EDUCACIONAL
DE HISTÓRIA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas-Ifal

PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA
HISTÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NOS JORNAIS DE ALAGOAS (1874-1888)

Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas-Ifal

EXPEDIENTE TÉCNICO

Autores: Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos

Projeto gráfico: Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos

Diagramação: João Vitor da Silva Santos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Marechal Deodoro
Biblioteca Dorival Apratto

C352p

Castilho, Fábio Francisco de Almeida.

Protagonismo e resistência : histórias da escravidão nos jornais de Alagoas (1874-1888) / Fábio Francisco de Almeida Castilho, João Vitor da Silva Santos. – 2024.

96 f. : il., col.

Inclui bibliografia.

Produto Educacional – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Marechal Deodoro*, Marechal Deodoro, 2024.

ISBN: 978-65-01-03041-8

1. História. 2. Escravidão - Alagoas. 3. Jornais. I. Santos, João Vitor da Silva. II. Título.

CDD: 981.35

Andreia Gomes de Azevedo
Bibliotecária – CRB-4/2164

Agradecimentos

Por Fábio Castilho

Para o Lucas



Protagonismo e resistência



Agradecimentos

Por João Vitor

A Deus por ter proporcionado a oportunidade de conhecer e escrever ao lado do Professor e Historiador Fábio Castilho, Minha Mãe, Nicolly, e ao Instituto Federal de Alagoas.



Protagonismo e resistência



SUMÁRIO

ApresentaçãoI0

Capítulo I: A representação escrava nos periódicos de Alagoas: trabalhadores escravizados na ótica das elitesI2

Capítulo 2: Entre abolicionistas e escravocratas: A transição da mão de obra em periódicos de Alagoas (I880-I888)20

Capítulo 3: Notas sobre a oferta de instrução para os escravizados e seus descendentes em uma folha de Maceió: A Escola Central nas páginas de O Orbe (I888)30

Capítulo 4: Mulheres escravizadas em Alagoas: protagonismo e resistência a partir das representações femininas no cativoiro38

Capítulo 5: O bandido mais procurado das Alagoas: o célebre Mandú nas paginas de O Jornal de Penedo50

Capítulo 6: Estratégias dos escravizados em Penedo: Jaguncismo na senzala e libertações no periódico local58

Capítulo 7: A representação escrava nas páginas de O Jornal do Pilar: regramento social e compadecimento para com os escravizados66

Capítulo 8: A execução de Francisco: das revoltas escravas ao último enforcamento do Império76

Capítulo 9: O I3 de Maio em Alagoas: registros de festejos sobre a Lei Áurea nos periódicos provinciais85



LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1:Edição semanal O Jornal do Penedo.....	I3
Figura 2:O Trabalho do historiador.....	I5
Figura 3:Anúncio de escravizado fugido.....	I6
Figura 4:Revolta escrava	I7
Figura 5:Retrato de carregadores, Bahia, 1900.....	I9
Quadro 1:Síntese de população escravizada em Alagoas no censo de 1872	22
Figura 6:Edição semanal de o Lincoln.....	23
Figura 7:Negociação de escravizados.....	25
Figura 8:Luis Gama	26
Figura 9:Edição semanal de o Orbe	26
Figura 10:Quilombo do Jabaquara.....	27
Figura 11:O mito da escravidão branda.....	29
Figura 12:Edição semanal de O Orbe.....	31
Figura 13:Quadro a palmatória.....	32
Figura 14:O Lyrceu de Artes e Ofício de Alagoas.....	33
Figura 15:A Escola Central de Maceió.....	34
Figura 16:Em recreio um grupo de aprendizes após 10 minutos de ginástica sueca.....	35
Figura 17:Aula de desenho na Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas em 1910.....	36
Quadro 2:Mulheres escravizadas no Censo de 1872	39
Quadro 3:Eixos da análise quanto a representação feminina nos periódicos de Alagoas	40
Figura 18:James Buchanan: o laçao dos proprietários de escravos do sul	42
Figura 19:Compilado de notícias sobre compra e venda de escravizados no século XIX.....	43
Figura 20:Fotografia Centro Schomburg para Pesquisa em Cultura Negra/Biblioteca Pública de Nova York”...	44
Figura 21:Escravas Descansando após o Trabalho, Rio de Janeiro, 1858”.....	45
Figura 22:Luíza Mahin	46



LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 23:Coleção álbum de retratos: Consciência negra - alguns afrodescendentes.....	47
Figura 24:Charge fazendeiros e abolicionistas em oposição	48
Figura 25:Mapa I Divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872.....	51
Quadro 4:População de Livres e Escravos de Penedo.....	52
Quadro 5:Síntese da população escravizada de Penedo em 1872.....	52
Figura 26:Cidade de Penedo nos anos de 1880.....	53
Figura 27:Trabalhador do Agreste	53
Figura 28:O Capitão do Mato.....	55
Figura 29:Polícia Militar de São Paulo - 1830	56
Figura 30:Cabeça de Jagunço.....	59
Figura 31:Antonio Candido.....	60
Figura 32:Jagunço Negro	60
Figura 33:Mosaico “O trabalho escravo”.....	63
Figura 34:Um Jantar Brasileiro, 1835.....	64
Figura 35:Largo da Matriz - Pilar (1890/1900).....	67
Figura 36:Edição semanal de O Jornal do Pilar.....	68
Figura 37:“O Senhor e seus escravos”	69
Figura 38:Capa do Relatório de Presidente de Província.....	70
Figura 39:Termos de vilas e/ou cidades Alagoanas-1817.....	71
Figura 40:A imprensa.....	72



LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 4I:Anúncio de compra de escravos.....	73
Figura 42:Uma lição de funilaria: A tesoura, a bigorna e o martello”.....	75
Figura 43:Encenação anual da execução de Francisco em Pilar-AL.....	77
Figura 44:A Revolta dos Malês, I833.....	78
Figura 45:Ventura Mina e a Guerra de Carrancas.....	79
Figura 46:Debate nas Cortes de Lisboa.....	80
Figura 47:A Execução de Francisco.....	8I
Figura 48:Os Crimes de violência.....	82
Figura 49:Igreja do Rosário, Pilar, I800.....	83
Figura 50:A Visita Eclesiástica.....	83
Figura 5I:O Enforcamento.....	83
Figura 52:A Lei Áurea.....	86
Figura 53:Libertos comemoram o fim da escravidão.....	87
Figura 54:Câmara dos Deputados.....	88
Figura 55:Assinatura da Lei Áurea.....	88
Figura 56:Um teatro do século XIX.....	89
Figura 57:A Missa Campal em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em I7 de maio de I888.....	90
Figura 58:Multidão em frente ao Palácio do governo em I3 de maio de I888.....	9I
Figura 59:Libertação dos escravos no Brasil.....	94
Figura 60:Escravos libertos.....	95



APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é resultado do projeto “O Ensino de História Regional: Elaboração de um Produto Educacional com fontes primárias”. Proposta que efetivamente circunscreveu II anos de pesquisa no âmbito do Pibic/Ifal (2014-2024). Ao longo desse período coordenei 12 projetos que tiveram o objetivo comum de compreender a crise do escravismo e o processo da transição da mão de obra em Alagoas evidenciando a resistência dos escravizados por meio da análise dos periódicos locais.

Dentro desse mote, um dilema persiste: os jornais foram produzidos por membros das elites locais que não tinham a intenção de apresentar os cativos como sujeitos históricos. Por essa razão nos vemos diante do desafio de, a partir de fragmentos de notícias, buscar diferentes ângulos de leitura que possibilitem interpretações diversas que favoreçam a compreensão das histórias do povo escravizado enquanto protagonistas de suas próprias vidas. O obstáculo é identificar o protagonismo dos escravizados num corpus documental que faz exatamente o contrário, diminui e torna sem efeito a sua participação.

Ainda assim, no grande volume de material analisado, foi possível apontar a participação e mesmo desvelar possíveis estratégias dos cativos e seus descendentes na busca pela liberdade.

Essa leitura se torna possível, quando reconhecemos no dia a dia dos escravizados que a resistência se dá nas mais diferentes formas e que as estratégias se configuram nas mais diferentes atitudes. Em última instância, o escravizado está sempre insatisfeito com a sua condição e busca sempre formas de negociar e se aproximar da liberdade, além do intento de compartilhá-la com os seus.

A par destas prerrogativas, atentamos para a inserção dos editores e seus periódicos na sociedade para qual escreviam, pois as representações discursivas estão ligadas ao comportamento político e social dos editores e colaboradores dos jornais ora em análise.

Os jornais analisados eram produzidos principalmente em Maceió, Penedo e Pilar. Olhar para dois territórios que estão além da capital da província, contribuiu para que a análise ganhasse o registro da participação de grupos das elites regionais não ficando restrito aos agrupamentos sediados na capital. Conforme o Censo Imperial de 1872, Penedo e Pilar eram centros urbanos que se destacavam no século XIX e por possuírem grupos de jornalistas atuantes, e estruturas produtivas diversas de Maceió, possibilitaram diferentes maneiras de perceber o protagonismo e a resistência dos escravizados nesses territórios e propor uma visão mais abrangente sobre o tema em Alagoas.

Ao longo dos anos de pesquisa no âmbito do Pibic contamos com a participação de excelentes estudantes bolsistas de dois diferentes campi do Ifal, Murici e Marechal Deodoro, que muito contribuíram na “descoberta” de notícias relevantes e na problematização das questões que atravessam o assunto.

Por fim, nosso objetivo foi elaborar um Produto Educacional voltado para o Ensino de História Regional de Alagoas a partir de fontes primárias disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira que observe diferentes eixos de discussão da resistência e do protagonismo dos escravizados. Com o intuito de atingir um público mais amplo e em especial de estudantes do ensino médio, procuramos adequar o estilo de escrita e incluir imagens conferindo contornos mais pedagógicos para o material elaborado que destaca fragmentos de fontes primárias, facultando aos estudantes acesso a esse tipo de documento.

Capítulo 1

A representação escrava nos periódicos de Alagoas: trabalhadores escravizados na ótica das elites

Esse texto foi desenvolvido no âmbito das pesquisas de Pibic do Ifal, Edital Prppi 2015. A versão completa do artigo pode ser encontrada nos Anais do V Encontro Internacional UFES/ Paris-Est (UFES) sob o título “O processo de abolição na imprensa periodista Alagoana (1870- 1888)”. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/ufesupem/issue/view/63>>



Protagonismo e resistência

A representação escrava nos periódicos de Alagoas: trabalhadores escravizados na ótica das elites

Na transição da mão de obra foi um dos temas mais presentes na imprensa nacional do final do século XIX. Desde 1870 os periódicos de todo o país repercutiam questões referentes ao final do escravismo e as novas formas de trabalho que deveriam surgir nas lavouras. Com o iminente final do regime escravista um novo braço precisava ser arregimentado para dar prosseguimento à produção nacional.

O aproveitamento do trabalhador nacional, embora muitas vezes olhado com desconfiança devido aos discursos racistas em voga na época, colocavam em xeque a antiga organização do mundo do trabalho baseada no escravismo. Dessa forma, as classes produtoras precisavam resolver o intrincado problema da crise da substituição da mão de obra escravizada pelo trabalhador livre. Uma maneira de perceber os posicionamentos das elites proprietárias diante da crise é investigando os jornais de época que debatiam o assunto diuturnamente.

Figura I: Edição semanal O Jornal do Penedo



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. 1937. Disponível em
<https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssI2974II/mssI2974II.jpg>

Falar em escravidão, de acordo com a historiadora Silvia Lara (1988), é falar por si só em um regime marcado pela violência. Pois, sem o direito à liberdade o escravizado estava sujeito aos mandos de seus senhores. Nesse cenário, os escravizados faziam transparecer seu inconformismo de maneira violenta. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e as violências cometidas contra os senhores, no entanto, outros atos dos cativos também poderiam demonstrar sua insatisfação.

Dentro dessa temática, nosso escopo será analisar o discurso das elites sobre a transição da mão de obra em Alagoas, em especial, assinalar as diferentes formas como os cativos eram representados nos periódicos. Este prisma ressalta a opinião dos editores e proprietários dos jornais do século XIX e sua visão sobre a mão de obra que trabalhava nas lavouras. Trata-se de uma opção metodológica, de voltar-se primordialmente para as fontes primárias.

Os Jornais como fontes primárias: Alguns cuidados sobre os métodos do historiador

Uma série de cuidados específicos devem ser tomados quando se utiliza a imprensa como fonte histórica. Tivemos como base à pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem.

Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido (PALHA, 2000).

Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos (MELO, 2003).

Figura 2:0 Trabalho do historiador



Fonte:Brasilianafotografic, 1978. Disponível em<<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/p=33493>>.Acesso em II de Abril de 2024

A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinadas passagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (NORA, 1995).

Consideramos os periódicos como fontes ideais para empreender nossa proposta de pesquisa, pois eles apresentam os fatos e notícias do cotidiano trazendo em seu corpo documental as “imperfeições” do dia a dia em diferentes interpretações e visões de mundo. Além disso, no final do século XIX não havia se constituído ainda no país um campo intelectual e a maioria dos jornalistas participaram também da política como deputados, vereadores etc, ao passo que os partidos políticos não eram organizações regulamentadas e na prática, ficavam sujeitos aos chefes políticos locais e às figuras de destaque provincial” (AMARAL, 2008). Por esse motivo, eram os periódicos que exerciam o papel de estrutura sólida dos partidos, pois era na imprensa que as políticas dos partidos eram apresentadas. Essas folhas tinham nomes próprios e sedes, as tipografias ou redações, e exerciam de fato a direção, pois eram a voz dos partidos, reconhecida por amigos e inimigos. Portanto, os periódicos davam vida aos “partidos-corrente-de-opinião”, conferindo características próprias para as elites dirigentes do país naquele período.

Flávio Heinz (2006), em “Por outra História das Elites”, considera adequado posicionar os jornalistas e editores como agentes do campo político, pois atuam como “vendedores profissionais de serviços políticos”. Assim, a par destas prerrogativas, atentamos para a inserção dos editores e seus periódicos na sociedade para qual escreviam, pois acreditamos que as representações discursivas estão ligadas ao comportamento político e social dos editores e colaboradores dos jornais ora em análise. Por fim, percebemos que o discurso construído em cada periódico possibilita a compreensão das disputas no seio das elites locais no que diz respeito às transformações no mundo do trabalho.

As representações dos cativos nos periódicos de Alagoas

Nos jornais analisados, que, evidentemente, apresentam a visão senhorial, podemos perceber como estes qualificaram seus cativos. O escravizado era representado primordialmente de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes. Ou seja, as elites que editavam os periódicos apenas reconheciam humanidade nos cativos quando esses se portavam como revoltosos.

Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravizado foragido seria reconhecido graças às suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos.

Figura 3: Anúncio de escravizado fugido



Fonte:Mercador comercio de objetos antigos, I854. Disponível em

<https://www.mercadordeantiguidades.com.br/2072Ie/escravos-anuncios-publicados-no-jornal-do-commercio-aluguel-compra-e-venda-originais-de-I844>>.Acessado em 25 de março de 2024

Com efeito, eram constantes os anúncios de “procura-se” em todas as folhas analisadas. Um exemplo é a edição do dia 02 de janeiro de I887 de O Jornal do Pilar:

Desapareceu, ao amanhecer do dia 20 de Janeiro na propriedade do engenho FLOR DA MURTA, (província da Bahia) um escravo de nome Justino, idade 35 anos mais ou menos, crioulo, que alguns chamam de cabra, cabelo ruim, altura e cumprimentos regulares, pouca barba e esta ao redor da boca; tem as juntas dos joelhos para dentro, pés para fora e também regulares e sofre falta de dentes. -Quem o pegar e trazer ao seu Sr. no referido engenho tem de gratificação duzentos mil reis, e cem mil reis quem o recolher à qualquer cadeia com segurança, avisando de prompto aqui ou na bahia aos Sns. LOPES & SOBRINHOS, e no Traipú ao Doutor José Jacinto de Souza. (Engenho FLOR-DA-MURTA. 13 de Fevereiro de 1873.; Joaquim Manoel Leal Amor.; 2a edição)

Já a segunda maneira por meio da qual os escravizados apareciam enquanto sujeitos nos jornais de Alagoas era mais incômoda para as elites, pois neste caso a mesma era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens” que cometiam crimes e assassinatos contra seus senhores. No exemplo a seguir é relatado um caso ocorrido no Rio de Janeiro, mas a notícia servia de ponto de partida para que fossem feitas considerações sobre o problema da transição da mão de obra em Alagoas:

No dia 25 do passado no Monte Verde, em S. Fidelis, um escravo do fazendeiro Thomaz Joaquim da Silva Faria, sendo repreendido pelos seus feitos, matou a fio de uma filha de 13 anos de idade, indo logo entregar-se ao sub-delegado em S. João do Paraíso. (O Orbe, 28 de agosto de 1881, p.2)

Os crimes envolvendo escravizados multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo, pois diante das transformações no mundo do trabalho o que deveria ser feito da mão de obra nacional, especialmente daqueles envolvidos na prática de crimes bárbaros? Em Alagoas, a execução do escravizado Francisco, que assassinou seus senhores, ganhou grande repercussão em todos os jornais da época e será considerado nos próximos capítulos.

Figura 4: Revolta Escrava



Fonte: Escolakids, 1807, Disponível em <<https://escolakids.uol.com.br/historia/escravidao-no-brasil.htm>> .

Acessado em 25 de março de 2024

Os crimes violentos praticados por escravizados ganhavam grande destaque nas páginas dos jornais:

Assassinato - no dia 17 do corrente, Sebastião escravo do Sr. Rafael Calado, italiano residente nesta cidade, assassinou ao infeliz quinquagenário Francisco das Chagas, no povoado denominado Feliz Dezerto, freguesia de Piassabussú, deste Termo. O assassinado era um excelente homem, e morava naquele povoado, onde apareceu o escravo assassino que se tinha evadido da companhia do seu senhor. O infeliz Chagas tentou capturá-lo; mas ele, armado de um pau, descarregou-lhe uma bordoadada tal que instantaneamente roubou-lhe a existência. No dia 18 a noite contou ao Dr. Juiz Municipal que o referido escravo se tinha recolhido a casa de seu senhor nesta Cidade, pelo que mandou o mesmo Dr. cerca-lhe a casa, e no dia 19, dando-se busca, não foi encontrado o dito escravo. (Jornal do Penedo, 23 de Maio de 1876, pág. 1)

A descrição minuciosa do assassinato tem por objetivo amedrontar a população e chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata.

As estratégias para solução da crise da mão de obra nos jornais de Alagoas

Diante da crise do escravismo, observada no grande número de fugas e nos crimes bárbaros envolvendo cativos e senhores por todo o país, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravizado a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater os cativos que enveredavam por uma vida de crimes (SALLES, 2011). Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão de obra em Alagoas e no Brasil. O discurso dos abolicionistas e dos escravocratas alagoanos será melhor desenvolvido nos próximos capítulos.

Com efeito, diante da crise da mão de obra, as elites proprietárias se viram diante da urgente necessidade de encontrar novos trabalhadores para executar o trabalho nas lavouras. Entre amedrontada e ansiosa, a elite imaginou um trabalhador perfeito: branco, civilizado e audacioso, que vindo da Europa, colocaria fim a modorra e a rotina nas fazendas da região e do país.

No entanto, tal utopia não se concretizou e a mesma elite se viu obrigada a adotar a mão de obra ex-cativa, justamente aqueles que, de acordo com o discurso da época, iriam espalhar-se em maltas de vadios e difundir pânico e confusão pela sociedade. Esses indivíduos, representados como delinquentes nos periódicos, eram os únicos disponíveis para levar adiante o trabalho nas lavouras e as elites precisavam adequar seus discursos e convencer-se das vantagens da utilização da mão de obra nacional.

Figura 5: Retrato de carregadores, Bahia, 1900.



Fonte:BBC News, 1900,<<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>>. Acessado em 26 de março de 2024.

Para tanto, iniciou-se uma profunda campanha a favor do braço nacional nos periódicos, o mesmo elemento passou a ser coberto de predicados e nobilitado, enfatizando a ideia de que o nacional.

Até então, sempre fora mal visto e mal aproveitado no país, vítima de graves injustiças e de preconceitos, tornando-se merecedor de uma oportunidade para demonstrar o seu valor. Inclusive, surgiram editores que propunham formas de educar e “instruir” os ex-cativos e seus descendentes.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Alex Lombello. Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884).Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF. 2008.
- HEINZ, F. M. (org.) Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LARA, Sílvia Hunold. Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MELO, J.M Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). História: Novos problemas. Tradução: Theó Santiago. 4a edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.
- PALHA, Cássia L. Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular. Niterói: dissertação de mestrado, 2000.
- SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). Revista de Indias, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011.

Capítulo 2

Entre abolicionistas e escravocratas: A transição da mão de obra em periódicos de Alagoas (1880-1888)

Esse texto foi desenvolvido no âmbito das pesquisas de Pibic do Ifal, Edital Prppi 2021. A versão completa do artigo pode ser encontrada na Revista Global Dialogue, 2023, sob o título “O final do escravismo na imprensa alagoana: os abolicionistas de Maceió e a resistência proprietária em O Orbe”. Disponível em <https://gdialogue.org/index.php/journals/article/view/I03>



Protagonismo e resistência



Entre abolicionistas e escravocratas: A transição da mão de obra em periódicos de Alagoas (1880-1888)

Desde meados do século XIX o escravismo apresentava sinais de esgotamento. Uma série de fatores apontavam para a derrocada definitiva do regime. Nesse sentido, pode-se inferir que a elite proprietária nacional teve tempo suficiente para organizar a transição da mão de obra no país, mas diferente do “esperado”, manteve-se escravocrata o quanto pode e aguardou o desenrolar dos acontecimentos sem um plano concreto para substituição dos escravizados, permanecendo dependente do trabalho cativo.

Nesse cenário de imobilidade, desenvolveram-se no país setores que defendiam o final do escravismo. Esses grupos valeram-se da imprensa para reverberar sua agenda antiescravagista, de tal modo que na década de 1880 essa relação constituiu-se num importante elemento daquela sociedade (ALONSO, 2015). E, dessa forma, passaram a estabelecer espaços de embate com os jornais ligados aos proprietários e escravocratas.

Em Alagoas, essa disputa foi bastante evidente, pois ao menos dois jornais abolicionistas destacavam-se na imprensa da capital alagoana: O Lincoln e O Gutenberg. Identificados como Órgãos da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos, ambos periódicos faziam a propaganda abolicionista, denunciando o escravismo.

Por outro lado, para conhecer o ponto de vista dos proprietários, apresentamos o jornal O Orbe, periódico que em diversos editoriais e espaços dedicados aos leitores fez arraigada defesa da escravização. Em suas páginas eram comuns ataques aos abolicionistas e suas estratégias, além de defender o direito de propriedade e até o direito de castigar fisicamente os seus cativos. Assinalamos, portanto, um espaço de disputas de narrativas no turbulento período de ocaso do escravismo.

Com o fito de estudar o desenvolvimento do discurso abolicionista em Alagoas e a resistência dos proprietários locais é pertinente conhecer alguns números a respeito da população escravizada na província. A partir do Censo Nacional de 1872, observa-se o seguinte quadro:

Quadro I : Síntese de população escravizada em Alagoas no censo de 1872

CIDADE	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ESCRAVIZADA	PERCENTUAL
TRAIPU	21.154	1.000	4.72
ALAGOAS	9.802	1.046	10.67
IMPERATRIZ	2.9754	1.440	4.87
PILAR	9.811	1.348	13.73
PORTO DE PEDRAS	6.260	1.008	16.1
PASSO DO CAMARAGIBE	21.146	2.478	11.71
PAULO AFONSO	10.919	658	6.02
SANTA LUZIA DO NORTE	9.155	1.843	20.13
SÃO MIGUEL	12.328	2.152	17.45
MACEIÓ	27.703	4.278	15.44
ASSEMBLEIA	33.433	1.930	5.77
PÃO DE ACUCAR	9.010	409	4.53
ATALAIA	24.582	1.888	7.68
PALMEIRA	17.022	3.441	20.21
CORURIBE	9.132	1.226	13.42
ANADIA	13.837	1.325	9.57
PENEDO	35.198	2.678	7.6
MURICI	12.339	840	6.8
PORTO CALVO	25.566	3.924	15.34
TOTAL	338.151	34.9142	10.32

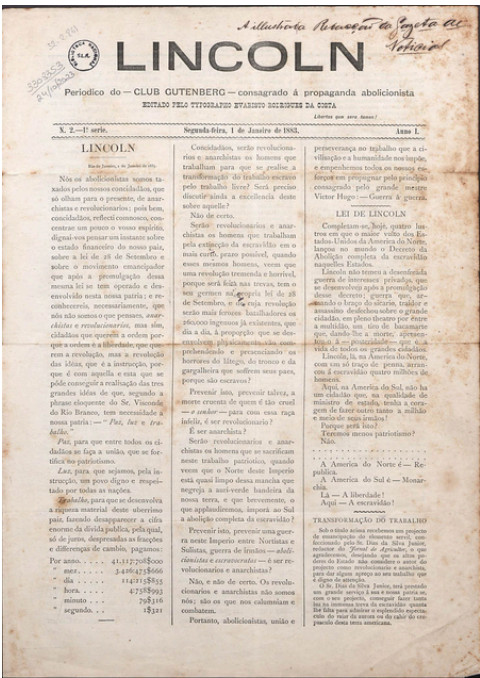
Fonte: elaborada pelo autor a partir do Censo Nacional de 1872 disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>
 acesso 09 de junho de 2019.

A imprensa abolicionista em Maceió: Lincoln e o Gutenberg durante a propaganda libertadora

A presença significativa de cativos em todos os municípios da província indica a importância do tema da transição da mão de obra em Alagoas. A análise mais acurada desses números extrapola os objetivos desse texto, que apenas se propõe a apresentar o discurso de alguns periódicos alagoanos no período.

Em Maceió, o jornal Lincoln foi criado em 1884 e circulou até 1888 com a intenção exclusiva de tratar da causa abolicionista. Trata-se de uma publicação semanal e gratuita que tinha como objetivo fazer a propaganda abolicionista em Alagoas sob o lema: “Ódio a escravidão, defesa a abolição”. Com a finalidade de fortalecer a propaganda abolicionista, o grupo era liderado por José Avelino Silva, que também foi responsável pela criação da Sociedade Libertadora Alagoana. O periódico anunciava “não advogar a causa de nenhum dos partidos” e ser “especialmente abolicionista”.

Figura 6:Edição semanal de o Lincoln



Fonte:Periódico Abolicionista de Maceió, edição publicada em 1883. Disponível em

<<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=77909I&pagfis=I>> , Acessado em 04 de abril de 2024.

Os editores de O Lincoln debatiam temas relacionados à abolição considerando a miscigenação racial como positiva para formação da nação, mas situando os africanos e indígenas como elementos subordinados, assim como os exemplos apontados por Alonso (2015) no seu estudo sobre o Rio de Janeiro. As páginas do periódico também estão marcadas pelo discurso franco e críticas abertas e contundentes aos escravocratas e aos órgãos de imprensa que defendiam a manutenção da escravização. Neste sentido, os editores de O Lincoln travaram longos debates com os dois periódicos mais tradicionais de Alagoas, O Orbe e A Gazeta de Alagoas:

Uma escravidão de três séculos, e ainda é cedo! Se formos esperar somente pela lei para a extinção do elemento servil, ainda teremos escravidão! Se acabou com a escravidão dos africanos, e ainda assim existe no cativeiro, um grande número deles. A nenhum residente do nosso país é permitido encarar esse assunto com indiferentismo, cruzar os braços, esperando somente a lei. Que lei? Pois há tantos anos que se trata dessa magna questão e ainda é cedo?(Lincoln. Maceió, 24 de julho de 1884, edição 3, 1884.)

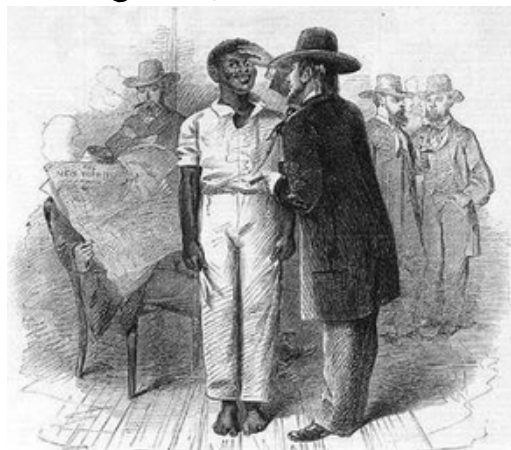
Outras folhas e instituições somaram-se à defesa da abolição em Alagoas. Dentre elas, destacamos o papel de O Gutenberg, folha editada por Antônio Alves, que ajudou a desenvolver os principais argumentos encontrados no discurso do grupo abolicionista de Maceió.

O primeiro desses argumentos consistia em reproduzir notícias extremamente violentas no espaço intitulado “fatos horrorosos”, isto é, existia no periódico uma coluna semanal com minúcia de crimes bárbaros e denunciava o emprego de violência absurda contra escravizados. A clara intenção do espaço era demonstrar para seus leitores a violência intrínseca ao regime escravagista, de impossível manutenção:

Mais um horroroso assassinato, mais uma vítima cruenta sacrificada a barbárie de um senhor desumano, mais uma eterna vergonha para nossa pátria, mais um crime hediondo e revestido de gravíssimas circunstâncias (...) Luiz Pernambuco!!... Fora o infeliz escravo que amarrado a um carro sobre a azorrague, mandado vibrar a ordem de seu senhor, derramara a última gota de sangue e exalara o último suspiro nesse cruento sacrifício, para acalmar a sanha de um tigre de forma humana, de nome João Baptista Accioly Filho!! O engenho São Vicente, do termo de Maragogi, comarca de Porto Calvo, foi o lugar do holocausto da pobre vítima! Desgraçadamente para o nome alagoano não resta mais a menor dúvida sobre esse horroroso assassinato! A justiça pública se tem nobilitado no desempenho de sua alta missão. Depois de 27 dias de constantes pesquisas pode encontrar a cova do pobre e santo Martyr da escravidão – Luiz Pernambuco – Que cometera o crime de ter fugido ao duro cativeiro que já não podia mais sofrer! (...) Os indivíduos Praxedes Marcelino e o escravo Manuel Neco foram os auxiliares do tirano João Baptista Filho. O joalheiro francês Teodósio Bedié, se achando na ocasião hospedado nesse engenho e assistindo o começo do sacrifício oferecera uma boa quantia pela liberdade da pobre vítima; mas sendo-lhe acusado com grosseiros insultos e satânicas gargalhadas o estrangeiro retirou-se imediatamente daquele engenho. Cumpra a justiça pública seu dever; nós não cessaremos de clamar: – Justiça, justiça! (Gutenberg. Maceió, 21 de março de 1883, p. I,)

Na linha argumentativa dos editores vale destacar o papel do personagem estrangeiro, o joalheiro francês, pois evidencia-se o labéu de país atrasado, escravocrata e repetidor de uma violência secular, condição que causava estranheza e desonra frente aos países mais avançados. Nesse sentido, reproduz-se a imagem de um país cujo meio de produção é obsoleto e até mesmo assustador em face da permanência da escravidão (MACHADO, 1994).

Figura 7: Negociação de escravizados



Fonte:EFECADPATOS, Disponível em <<https://efecadepatos.com.br/?p=I0I43>>.Acessado em 08 de Abril de 2024.

Os editores de O Gutenberg ainda fazem questão de identificar o nome do proprietário, membro de conhecida e tradicional família de proprietários da província, os Acioly. Ao denunciar o proprietário e a sua “sanha de tigre”, denúncia por fim os auxiliares, comprovando quão corriqueira era a violência no período, uma vez que o crime foi praticado com a participação de um encarregado e um escravizado, o que denota aparente naturalidade nas práticas de violência na rotina do cativo.

Uma outra estratégia recorrente nas folhas abolicionistas de Maceió era o acompanhamento de processos de escravizados que buscavam a justiça para conquistar sua liberdade. No jornal abolicionista O Lincoln, encontramos a trajetória de escravizados que conquistaram sua liberdade recorrendo a justiça. A vitória de alguns escravizados anunciada no jornal, além de sugerir as diferentes formas de resistência ao cativo, comprova que muitas transformações estavam ocorrendo no mundo do trabalho e os proprietários do Brasil teriam que adequar-se à nova ordem.

Imagem 8: Luis Gama



Fonte: Brasildefato, Imagem de Luiz Gama, 1830, personagem símbolo da resistência e acesso negro à justiça.

Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/II/08/documentos-ineditos-confirmam-que-luiz-gama-era-advogado>>

Acesso em 15 de Abril de 2024

Com efeito, nos estertores do escravismo foi comum a prática de escravizados buscarem a justiça para conquistarem sua liberdade. Tal estratégia de resistência tornou-se mais forte com a adesão de advogados e jornalistas abolicionistas, e, acima de tudo, demonstram a autonomia e o protagonismo dos escravizados no processo de busca de sua liberdade. Esses momentos são mais bem percebidos no estudo das trajetórias individuais e cotidianas.

A resistência escravocrata ao abolicionismo em O Orbe

O Orbe, folha que circulou em Maceió, Alagoas, entre 1879 e 1900, era editado por José Leocádio Ferreira Soares. Durante nosso recorte, segunda metade da década de 1880, foi uma das principais folhas em circulação na província. Publicado três vezes por semana, posicionava-se em diversos temas sócio-políticos do período.

Figura 9: Edição semanal de o Orbe



Fonte: O Orbe, edição 2 de março de 1879. Disponível em <[https://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?](https://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=260959&pagfis=I)

BIB=260959&pagfis=I>, Acessado em 04 de Abril de 2024

Em seus editoriais, O Orbe procurava desqualificar a argumentação abolicionista, apresentando-a como “exagerada”, ou ainda, apontando os abolicionistas como “libertadores do alheio” por se envolver em “questões que não deveriam”. Acusava os abolicionistas de forjar documentos, incentivar fugas e ainda tirar proveito e até se enriquecer com a exploração dos escravizados foragidos. Além disso, reproduziu inúmeras cartas de proprietários que defendiam o direito de propriedade, o direito à herança e - do alto da barbárie - o direito de praticar castigos físicos em desfavor dos escravizados.

Os principais pontos da argumentação encontrados em O Orbe são apresentados de maneira resumida a seguir. O primeiro deles dizia respeito ao que os escravocratas consideravam “exagero” abolicionista. Admitiam a propaganda abolicionista dentro da lei, mas eram contrários aos argumentos que consideravam ilegais, “perturbando o direito, violando as leis, e fazendo do pensamento humanitário uma especulação criminosa”

De acordo com O Orbe, era intenção dos abolicionistas construírem em Maceió “um verdadeiro Quilombo de escravos fugidos”, pois os abolicionistas “insufla(vam) escravos para saírem do regime do trabalho legal” e “excita(vam) e seduz(iam) escravos de outros municípios” a tentarem a libertação em Maceió, constituindo “deplorável especulação”, na opinião do editor.

Figura 10: Quilombo do Jabaquara



Fonte: Prefeitura de Santos. Imagem de um quilombo urbano no fim da década de 1880, semelhante ao que os editores de O Orbe diziam acontecer em Maceió. Quilombo do Jabaquara. Disponível em <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/quilombos-e-personagens-historicos-negros-dao-protagonismo-a-santos-na-luta-pela-liberdade>> Acessado em 04 de Abril de 2024

Além de acusar os abolicionistas de incentivar a desobediência e a fuga, também acusavam de produzirem “certidões inexatas”, isto é, documentos fraudados com o alvitre de obter a libertação dos cativos.

Os editores de O Orbe informavam que escravizados fugidos permaneciam em “covis” na região Alto do Farol, em Maceió, e dormiam nas matas. Nesse cenário, algumas cartas publicadas em O Orbe passaram a alvoroçar a cidade de Maceió ao denunciar um plano de alforria total no município, conhecido como o “Grito de Liberdade”. Aparentemente, a estratégia dos escravocratas era disseminar o medo e o pânico.

Diversos amigos nossos, e alguns proprietários tem comunicado que anda pelo interior da província a notícia de que no dia 7 deste mês, os abolicionistas desta cidade pretendem dar grito de libertação dos escravos e que semelhante notícia tem ocasionado as repetidas e muitas fugas de escravos para esta mesma cidade Seja simplesmente um meio de sedução de escravos, para as especulações desses abolicionistas do alheio os terem aos seus serviços, a notícia é grave, tanto mais quanto trazem em garantia do bom êxito a circunstância de não haver força pública bastante que possa abafar esse grito de anarquia. Em todo caso é necessário prevenir em tempo. (Orbe. Maceió, 04 de setembro de 1887, p. I, 1887.)

A estratégia de O Orbe seria apenas amedrontar e aterrorizar proprietários com o suposto grito de liberdade que colocaria suas propriedades em risco. O impresso informava haver em Maceió mais de “oitocentos escravos fugidos e acoitados”. Este número seria suficiente para deflagrar uma “insurreição” de grande porte para criar medo e pânico na sociedade.

Um outro argumento bastante recorrente em O Orbe dizia respeito ao direito de propriedade, tido como a “chave de ouro” para solucionar todas as questões relacionadas ao final do escravismo. A argumentação fiava no direito à herança e retomava os ataques contra os abolicionistas por se envolverem no tema:

Deve abrir mão do seu direito aquele que como eu, herdou de seus pais e avós o domínio sobre esses escravos, só porque os abolicionistas do alheio pretendem em suas especulações criminosas arruinar e perturbar os legítimos senhores de escravos? Quem deve abrir mãos, não do direito, e sim desses meios insidiosos por essa deplorável exploração, são esses libertadores dos escravos alheios, que sob pretexto de uma ideia humanitária, andam solapando o lar doméstico, entrando nas cozinhas e nas senzalas para levar aos 10, aos 20, e aos 100 mil réis do pobre escravo; e depois de engana-los com libertações impossíveis, seduzem e aconselham a fuga dos escravos para tê-los acoitados, e em escravidão criminosa. (...) E não obstante a idade, o tempo, nada se respeita, porque esses exploradores a cata do pecúlio do pobre escravo, e pela forja do interesse vil, andam por esses meios ignoreis ofendendo o direito do legítimo senhor. (Orbe. Maceió, 25 de novembro de 1887, p. 3, 1887.)

O Orbe tinha por costume reproduzir longas cartas que apresentavam a visão senhorial, escravista. No espaço chamado de “a pedidos” reproduzia reiterados ataques aos abolicionistas e reafirmava o clamor pela manutenção da ordem pública, mas, sobretudo, apegando-se ao direito da propriedade, defendia a manutenção da escravização, pois seu fim representaria enormes riscos de uma crise econômica devido à falta de braços na lavoura.

O regime escravista demonstravam francos sinais de seu esgotamento, ainda assim, no raciocínio e entendimento dos proprietários mais arraigados, consideravam normal e até mesmo seu dever castigar escravizados para discipliná-los, pois o cativo amedrontado seria diligente e trabalhador, na ótica desses proprietários:

Se o senhor castiga, o senhor é bárbaro! Então o que se deve fazer? Deixar que um escravo viciado corrompa uma fábrica, e seja senhor do senhor? Com que pagar o senhor os suprimentos que recebe do comércio para sustentar sua lavoura, se não com trabalho do seus escravos? E se o escravo não quer trabalhar, o que deve fazer o senhor - ser escravo do seu escravo? Há quem possa suportar as malversações de um péssimo escravo, sem castiga-lo, para ele temer e trabalhar? (45 Orbe. Maceió, 22 de abril de 1887, p. 4, 1887.)

Figura II: O mito da escravidão branda



Fonte: Blog: Ensinar História . Disponível em <<https://ensinarhistoria.com.br/tag/escravidao/>>. Acesso em 15 de Abril de 2024.

Nessas perguntas, fica evidente que o proprietário não entendia sua produção para além do trabalho escravizado. Não enxergava outras maneiras de produzir sem explorar o trabalho cativo e ainda entendia a violência como única forma de impor a disciplina e tornar o escravizado produtivo. Em outros termos, para o proprietário, o fim da escravidão era o fim da produção agrícola. Assim, incapaz de entender e propor soluções para o mundo do trabalho em transformação, limitava-se a bradar por seu direito de herança nas páginas de O Orbe.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela Maria. Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Capítulo 3

Notas sobre a oferta de
instrução para os escravizados
e seus descendentes em uma
folha de Maceió: A Escola
Central nas páginas de O Orbe
(1888)

Esse texto foi desenvolvido no âmbito das pesquisas de Pibic do Ifal, Edital Prppi 2018. A versão completa do artigo pode ser encontrada nos Anais do VII Congresso Nacional de Educação - Conedu, 2020. Sob o título Notas Sobre a oferta de instrução para os escravizados e seus descendentes em uma folha de Maceió, O Orbe, 1888. Disponível em <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68912>



Protagonismo e resistência



Notas sobre a oferta de instrução para os escravizados e seus descendentes em uma folha de Maceió: A Escola Central nas páginas de o Orbe (1888)

Ao longo desse texto problematizamos as impressões de José Leocádio Ferreira Soares; editor de O Orbe, sobre a instrução ofertada em Maceió no pós-abolição. O editor destaca e confronta o funcionamento de duas instituições de ensino da capital alagoana, o Lyceu de Belas Artes e a Escola Central. Nosso olhar está mais voltado para a Escola Central, pois esse modelo escolar foi uma experiência criada por grupos abolicionistas em todo o país, que pretendiam oferecer alguma forma de instrução para os ex-cativos e seus descendentes.

O aporte teórico empregado preocupa-se com a utilização dos periódicos, uma peça discursiva, como fonte histórica. Nossa preocupação foi a de problematizar as impressões de um editor, membro das elites políticas de Alagoas, enquanto documento adequado na tentativa de desvelar aspectos de uma micro-história do social (HEINZ, 2006).

Figura I2: Edição semanal de o orbe



O Orbe, 2 de Março de 1879, Fonte Biblioteca Nacional. Disponível em
<https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/883523> Acesso em 01/04/2024

Com a leitura do documento encontramos informações sobre a fundação e funcionamento das duas escolas. Em especial a Escola Central de Alagoas, instituição criada pela comissão dos abolicionistas locais para ofertar ensino e instrução para os recém-libertos e seus descendentes. A partir das descrições encontradas percebemos que a criação e funcionamento dessas escolas obedeceu uma lógica excludente, uma vez que a escola em melhores condições atendia apenas aos filhos das elites provincial e a escola em piores condições ofertava um ensino “remendado” para os mais pobres.

O pensamento de José Leocádio Ferreira Soares

Em editorial de 03 de junho de 1888, sob o título “Confrontação”, o editor José Leocádio Ferreira Soares assinala a importância da oferta de algum tipo de instrução para os recém-libertos. Essa não era a primeira vez que a questão era levantada nas páginas de O Orbe, mas a partir da promulgação da Lei Áurea, a temática se tornou mais frequente nas páginas do periódico. Segundo o editor, o “principal objetivo de uma nação livre” seria “derramar” instrução para a “camada popular”.

Em suas considerações, o editor afirma ser recorrente o diagnóstico que descreve o sistema de ensino do país como “deficiente, paupérrimo e vicioso”. Além disso, a educação estaria restrita às classes abastadas do país e a “imperativa instrução” não era compartilhada com os populares. Para o editor, a situação de “aterradora ignorância do povo brasileiro” só não era mais grave devido às iniciativas particulares, que fundaram casas de ensino, de educação, de trabalho e de instrução para atender diferentes camadas da sociedade (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.02).

Embora defendesse a oferta de instrução para as camadas populares e para os ex-cativos, o posicionamento do editor quanto aos caminhos da educação em Alagoas, ia ao encontro dos discursos preconceituosos da época. De modo geral, o José Leocádio possuía uma visão negativa dos libertos e seus descendentes e temia, a todo momento, o “desmoronamento social” que a abolição poderia causar. Uma vez que, na sua opinião, os negros libertos não estavam afeitos ao trabalho disciplinado. Assim, a instrução emergia na argumentação do editor como uma garantia de normalidade social.

Figura I3: Quadro a palmatória



Fonte: Secretaria de Educação do Paraná, quadro "Palmatória", de Debret 1808-1820, representa escravizados em um ambiente de trabalho e o instrumento utilizado para punição. Disponível em <<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=729&evento=2>> Acessado em 04 de Abril de 2024.

Para impedir a “vadiação perniciosa”, caberia aos poderes públicos e à sociedade civil, inclusive às organizações abolicionistas, promover a instrução para o trabalho por meio da criação e manutenção de instituições de ensino voltadas para os mais carentes.

Para o editor, o governo imperial deveria compreender que apenas a instrução do povo seria capaz de gerar prosperidade e contribuir para o desenvolvimento da indústria e da riqueza nacional. Mas reconhecia que não existiam políticas nesse sentido no horizonte do governo nacional e, por essa razão, passou a conclamar a participação de diferentes setores da sociedade para empreender a edificação da instrução no Brasil e em Alagoas.

O Lyceu de Artes e Ofícios e a Escola Central

José Leocádio Ferreira Soares descreveu o funcionamento de duas escolas que funcionavam em Maceió, de forma comparada descreveu algumas características de duas instituições da capital alagoana no período, o Lyceu de Artes e Ofícios e a Escola Central.

O Lyceu, contabilizando 560 alunos matriculados no ano de 1888, sob a direção de Antônio José Duarte, concorria “poderosamente” para o desenvolvimento da instrução em Maceió. Embora seu diretor lamentasse a carência de mais amplos recursos para poder alargar a esfera de ação do Lyceu de Artes e Ofícios, a instituição atendia a um público “seleto” e contribuía para a formação dos jovens estudantes de Maceió e toda a província (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.01).

Figura I4: O Lyceu de Artes e Ofício de Alagoas



Fonte: História de Alagoas 3 de fevereiro de 1884 , Disponível em

<<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html> >

Acesso em 01/04/2024

Já a segunda instituição, a Escola Central, havia sido fundada pelos abolicionistas da “Libertadora Alagoana” no ano anterior. Assinalamos que a criação desse tipo de instituição escolar foi comum em diversas províncias do país nas décadas finais do Império, quando ocorreu a proliferação de instituições educacionais promovidas pelos movimentos emancipacionistas, que iam de escolas destinadas a meninos pardos e negros, a escolas noturnas destinadas aos adultos (WISSENBAACH, 2018).

Figura I5: A Escola Central de Maceió



A Escola Central de Maceió, prédio menor localizado à esquerda do Palácio dos Martírios em 1888, clareada por aplicativo de recuperação de imagens. Fonte: História de Alagoas. Disponível em <<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html>>

Acesso em 01/04/2024

A Escola Central de Maceió deve ser incluída nesse grupo, pois voltava-se para as camadas carentes da população, dedicada a “instruir os escravos libertos e educar-lhes a prole” (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.01). Nas considerações do editor encontramos:

Ainda bem que a benemérita Libertadora Alagoana está à frente da Escola Central, onde algumas centenas de crianças, principalmente filhos dos ex-escravos, recebem o pão espiritual, a educação necessária ao homem como elemento de sua utilidade à pátria, à família e a sociedade em geral (O Orbe, 23 de maio de 1888. Nova luta, p.01).

Dessa forma, em Maceió, a edificação de uma instituição que ofertasse instrução para os recém-libertos esteve intimamente ligada com a própria causa abolicionista, pois um dos principais nomes da comissão abolicionista da cidade também era o diretor responsável pela gestão da escola recém-criada, mostrando que no pós-abolição as questões do letramento, instrução e ensino seguiram caminhando juntas.

A Escola Central, segundo relato publicado em 22 de abril de 1888, “vai o melhor estado de prosperidade desejável”. Ali funcionam, além da aula primária, cujas matrículas sobem a 122, “oficinas tipográficas, de marceneiro, sapateiro, bahuleiro, tamanqueiro, cesteiro, torneiro e colchoeiro. O prédio é um dos mais vastos e apropriados e a mobília última expressão das exigências pedagógicas” (O Orbe, 03 de junho de 1888, O diretor da Escola Central, p.01).

Importante destacar que os cursos ofertados pela Escola Central eram voltados para trabalhos manuais, ou seja, os estudantes recebiam instrução no sentido de aproveitar sua formação imediatamente no mercado de trabalho com a realização de alguma atividade manual. Quanto à aplicação dos estudantes, o editor exaltava o bom aproveitamento nos exames realizados:

O exame a que se procedeu perante o Excelentíssimo Senhor Doutor Caio da Silva Prado, atual Presidente do Ceará, em alguns alunos preparados nos elementos de aritmética, geografia, geometria e sistema métrico deram melhor resultado. Na exposição de artefatos realizada neste dia exibiram os alunos provas robustas de seu aproveitamento (O Orbe, 03 de junho de 1888, O diretor da Escola Central, p.01).

Figura I6: Em recreio um grupo de aprendizes após 10 minutos de ginástica sueca



Fonte:Brasiliiana Fotográfica, Imagem da Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas, 1910.
Disponível em < <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7907> >
Acesso em 24 de Abril de 2024

Mas a instituição de ensino dirigida por Francisco Domingues da Silva passava por dificuldades, sua situação financeira permanecia na “penumbra”, como definiu o editor José Soares, colocando em riscos o seu funcionamento. Os professores que ali lecionava eram “poucos e raros”, e a maioria deles prestava seus serviços gratuitamente.

Com o fito de atrair professores, o editor se coloca a descrever a rotina na Escola Central:

Entremos, à noite, no edifício da Escola Central.
Vemos ali cerca de oitenta e tantos educandos, meio extenuados pelos labores do dia, desgrehados, nesse desalinho dos filhos do trabalho; estendendo as mãos já calejadas pela nobilitação do struggle for life; porém alegres, felizes, risonhos, alongando olhares súplices aos raros professores; ansiosos de aprender, com a intuição do dever, e esmolando um raio de luz para os cérebros ainda obscurecidos o raio de luz da instrução, os rutilos clarões das estrelas que formam a constelação do alfabeto. (...)

Ali tudo é rude e singelo; poreja ali o suor do trabalho, a simplicidade austera dos missionários do bem. (...)O recinto é triste e monótono; são poucos, raríssimos os sacerdotes da luz, que vão sacrificar no altar daquele templo uma hora, uma só, porém que seria abençoada, iluminando aqueles cérebros e remindo assim as culpas dos nossos antepassados com os antepassados dessas pobres criancinhas (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.02).

Com efeito, os trechos acima são relatos raros do funcionamento dessas escolas abolicionistas de finais do século XIX. Atendendo um público carente e de trabalhadores em sua maioria, eram inúmeras as dificuldades da instituição e de seus colaboradores que lecionavam gratuitamente. No entanto, o jornalista não aponta, por exemplo, ações do governo e políticas educacionais, que pudessem garantir meios para um melhor funcionamento da Escola Central.

Embora a argumentação de José Soares não aponte caminhos mais definidos que a educação deveria tomar no país ou em Alagoas, a conclusão do editorial é pertinente:

E ambas as casas estão em desenvolvimento latente, inevitável, os germens dessa geração que há de erguer-se forte e compacta ao futuro, para vingar o ultraje de três séculos, de que foram mártires seus avós, se não fizermos jus a sua gratidão e ao esquecimento das injustiças de nossos pais (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.03).

Figura I7: Aula de desenho na escola de aprendizes e artífices de alagoas em 1910



Fonte: História de Alagoas, Disponível em <<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html>>, Acesso em 18/04/2024

Em suma, em um editorial de junho de 1888, José Soares reconhecia a importância da educação como instrumento capaz de combater as desigualdades na formação do país e fazer justiça aos séculos de escravização. Assinalamos que nessas palavras do editor germinam a noção de que a educação seria capaz de oferecer às populações negras condições de dignidade social. Com efeito, a educação negada aos escravizados e seus descendentes desde a formação do Brasil tem impedido a criação de um país mais justo, harmonioso e próspero até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

HEINZ, F. M. (org.) Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e Escolas. In.: SCHWARCZ, L.M & GOMES, F. (orgs.)

Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Cia das Letras. 2018.

Capítulo 4

Mulheres escravizadas em Alagoas: protagonismo e resistência a partir das representações femininas no cativoiro.

Esse texto foi desenvolvido no âmbito das pesquisas de Pibic do Ifal, Edital Prppi 2019. A versão completa do artigo pode ser encontrada na Revista Crítica Histórica (UFAL), 2021. Sob o título Mulheres escravizadas em Alagoas: Resistência e protagonismo nos periódicos locais (1870 e 1880). Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/I0597>



Protagonismo e resistência



Mulheres escravizadas em Alagoas

O objetivo desse artigo é estudar as representações das mulheres escravizadas em Alagoas nas décadas de 1870 e 1880, período final do escravismo. Com base no Censo Nacional de 1872 sabemos que existiam em Alagoas 17.409 mulheres escravizadas na província. Nossa intenção é buscar na imprensa local notícias relacionadas ao dia a dia e ao trabalho dessas mulheres, destacando sua condição de sujeitos históricos e identificar práticas de resistência à escravidão.

Nessa perspectiva, levamos em consideração as "relações de gênero", ou, mais especificamente a "história das mulheres", pois nas últimas décadas pluralizaram-se os objetos de investigação histórica e as mulheres foram alçadas à condição de objeto de estudo da História, ganhando relevância e tornando mais perceptível significados sutis e, até então, invisíveis (SOIHTE e PEDRO, pp. 285. 2007). Com efeito, a “história das mulheres” carece de maior dedicação, pois, por muito tempo, as mulheres ficaram relegadas a um lugar subalterno até mesmo na historiografia. De acordo com o Censo Nacional de 1872 temos o quadro abaixo:

Quadro 2: Mulheres escravizadas no Censo de 1872

CIDADE	População total	Numero de escravas	Sabem ler e escrever	Solteiras	Numero de Estrangeiras	Costureiras	Criadas e jornaleiras	Lavradoras	Serviços domesticos	Sem profissão
TRAIPU	21.154	546	0	479	12	82	2	263	106	93
ALAGOAS	8.802	507	0	44	40	11	14	174	110	198
IMPERATRIZ	29.754	677	0	607	11	0	0	362	41	274
PILAR	9.811	708	0	626	22	36	9	211	262	190
PORTO DE PEDRAS	6.260	457	0	430	7	0	6	117	115	219
PASSO DO CAMARAGIBE	21.146	1.209	1	1.039	99	59	341	60	552	197
PAULO AFONSO	10.919	3335	5	207	70	7	12	88	141	87
SANTA LUZIA DO NORTE	9.155	911	0	769	31	0	0	216	410	285
SÃO MIGUEL	12.328	1.042	1	947	95	42	6	495	258	241
MACEIÓ	27.703	2.212	10	2.049	247	75	324	45	959	808
ASSEMBLEIA	33.433	989	1	857	26	0	22	693	86	167
PÃO DE AÇUCAR	9.010	234	2	222	3	17	29	6	154	28
ATALAIA	24.582	958	0	923	11	9	386	9	448	106
PALMEIRA DOS INDIOS	17.022	1.799	1	1.071	40	0	741	0	443	615
CORURIBE	9.132	587	0	532	47	0	0	269	24	294
ANADIA	13.837	641	0	581	21	7	186	79	297	72
PENEDO	35.198	1.300	0	1.103	59	183	5	189	118	800
MURICI	12.339	397	0	378	0	21	0	298	38	40
PORTO CALVO	25.566	1.900	0	1.753	64	0	177	543	269	846
TOTAL	338.151	17.409	21	15.647	899	549	2.260	4.117	4.831	5.560

Fonte: elaborada pelo autor a partir do Censo Nacional de 1872 disponível em:
<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/> acesso 09 de junho de 2019.

O quadro localiza a população feminina nos diversos municípios de Alagoas e informa dados demográficos dessa população, como a quantidade de escravizadas alfabetizadas, o estado civil, a origem e as diversas atividades que desempenhavam na produção da província. No entanto, julgamos pertinente qualificar essa análise a partir de outro corpo documental. Nosso objetivo foi encontrar nos periódicos locais (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>) notícias que descrevam o cotidiano no qual, por vezes, as mulheres escravizadas aparecem como protagonistas no processo de transição da mão de obra em Alagoas.

Um grande volume de notícias foram encontradas e com o intuito de organizar esses documentos dividimos as notícias encontradas em cinco eixos de análise, conforme o quadro I abaixo:

Quadro 3: Eixos da análise quanto a representação feminina nos periódicos de Alagoas

EIXO 1: VIOLÊNCIA	Denúncias nos jornais abolicionistas de escravizadas que foram seviciadas por seus proprietários e a inusitada participação policial no encarceramento e castigos físicos. Algumas escravas morreram depois de submetidas a esse tratamento.
EIXO 2: FUGAS	Compilação de documentos que noticiam fugas de escravas, essas notas descrevem fisicamente as mulheres e indicam qual a recompensa oferecida pelos proprietários e, em algumas vezes, a condição das fugas.
EIXO 3: FAMÍLIAS	Notícias que tratam da formação de famílias no cativeiro e as dificuldades de se manter esse núcleo durante o escravismo.
EIXO 4: BIOGRAFIAS	Escravas que receberam tratamento mais longo nos jornais por se envolverem em algum tipo de polêmica em suas trajetórias individuais. São casos que se estenderam por meses e por essa razão os editores forneceram mais dados biográficos dessas mulheres ao longo do tempo.
EIXO 5: JUSTIÇA	Mulheres escravizadas que buscaram a justiça para garantir algum direito ou mesmo buscar a liberdade própria ou de familiares. No período final do escravismo essa prática tornou-se bastante comum.

Quadro elaborado pelos autores em 23 de Março de 2024.

A partir dessa organização tentamos perceber os motivos das ações das mulheres escravizadas para reconstruirmos o passado pela ótica dessas personagens de maneira qualitativa. Cada notícia foi interpretada à medida que tentamos compreender os diversos aspectos e estratégias de resistência cotidiana às relações escravistas. Por último, ressaltamos que as personagens estudadas aqui não são apresentadas como protagonistas nos periódicos. Ao contrário, é preciso ler os documentos a contrapelo (LOWI, 2002) para perceber o mencionado protagonismo.

Eixo 1: A Violência

Nos periódicos analisados encontramos práticas de violência contra as escravizadas impetradas de maneira corriqueira; ora por seus proprietários, com o argumento de castigar ou punir algum ato; ora pela polícia, com o argumento de manutenção da ordem:

(...) uma infeliz escrava de nome Luiza foi tão barbaramente surrada que estava prestes a falecer. Há também em dito engenho dois escravos que de dia trabalham com grossas correntes no pescoço como se fossem gallés e a noite passam no tronco. É um meio bárbaro de castigar usado pelo sr. de tal engenho. (Gutenberg, 14 de outubro de 1886, p.2).

Que lei autoriza ao snr. Nathaniel (Chefe de Polícia de Pilar) arrastar para a cadeia os escravos alheios, às sete horas da noite, mandar surra-los e raspar a cabeça, sem consentimento de seus senhores! Que lei é esta? (...) No entretanto além dos escravos de Antonio Mathias que aí estão com as mãos arrebetadas de bolos, que não poderão dar serviço este mês, noite atrás o sr. Nathaniel mandou conduzir a cadeia uma mulata, do sr. Capitão Olegário, que foi arrancada pelos soldados das mãos da senhora com quem se pegava, arrancada violentamente e levada para a cadeia, e surrada a bolos sem ordem do proprietário! (...) Ainda rasgaram-lhe o vestido e desrespeitaram-na com palavras!! (Jornal do Pilar, 08 de abril de 1878, pp.I e 2).

Como mencionado anteriormente, a violência é a principal característica do regime escravista e muitas notícias encontradas revelam de forma aterradora essa afirmação.

Eixo 2: As Fugas

As notícias de fuga, anúncios de “procura-se” e ofertas de recompensas eram as mais recorrentes nos periódicos do século XIX. Normalmente breves e objetivas, descreviam as cativas de forma indiscreta e grosseira quanto a sua caracterização física.

FUGIU no dia 24 de janeiro próximo a escrava Carlota, parda bem clara, altura regular, seca de corpo, cabelos anelados, idade 26 anos, segundo consta. Foi seduzida e seguiu em companhia do seu sedutor Proethegio Barros Universo, pardo, baixo, bem moço, chapéu de chile, foi praça de exército, vai munido de uma escusa. Roga-se qualquer autoridade ou capitão de campo (ilegível) da dita escrava, o seu regresso para esta capital a ser entregue a sua senhora, D. Maria Sophia de Conceição que promete recompensar generosamente (O Liberal, 03 de fevereiro de 1886, p.4).

Figura I8: James Buchanan: o lacaio dos proprietários de escravos do sul



Litografia de 1857, o presidente norte-americano James Buchanan aparece como um lacaio dos proprietários de escravos, ajudando um caçador de recompensas a perseguir uma escravizada fugitiva. A sua posição enfureceu os abolicionistas daquele país. Fonte: PAhistory.com Disponível em <<https://explorepahistory.com/displayimage.php?imgId=I-2-I9A0&storyId=I-9-9> > Acesso em 23 de Abril de 2024.

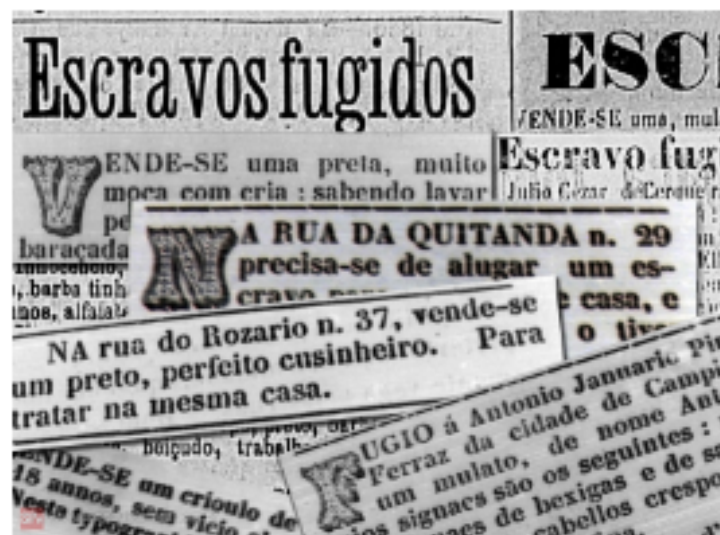
A breve nota de “procura-se” descreve o ato de fuga e rebeldia de Carlota, mulher escravizada que reagiu à tal condição. Com efeito, notícias como essa autorizam a interpretação de que a autonomia das ações pertencia aos escravizados não sendo os mesmos passivos ou pacientes, mesmo quando a maneira de escrever dos editores dos periódicos, por muitas vezes, tenta transmitir essa impressão. Dessa forma, o leitor mais atento consegue perceber a condição das cativas de autogovernar-se e tomar as decisões que poderiam modificar suas vidas. No exemplo, a escravizada Carlota, enamorada de Proethegio, decidiu adotar como estratégia a fuga com seu companheiro e arriscar um futuro mais próspero em sua trajetória, embora o editor da nota insistia na expressão “seduzida”, dando a entender que Carlota não era capaz de se autogovernar.

Citando caso curioso, encontramos detalhada notícia sobre a fuga de Angélica (Cf. Castilho, 2021). No nota de “procura-se”, o proprietário pormenoriza aspectos físicos e as até as condições de saúde de sua escravizada, além de listar dezenas de objetos que teriam sido roubados na sua fuga. Curiosidades inesperadas permitem inferir os motivos da fuga (a proprietária havia morrido recentemente) e demonstram o dia a dia dos escravizados, revelando um cotidiano complexo na constante busca pela liberdade.

Em outras oportunidades a procura de escravizadas fugidas ganhavam contornos mais graves e desvelam mais da relação cotidiana entre senhores e escravizadas. Ora por curiosidades inesperadas, ora por desvelar detalhes do interior das casas e famílias, minúcias como a vestimenta e a companhia que tiveram durante a fuga poderiam complementar os anúncios de procura-se.

Fugiu do abaixo assinado a mais de um ano, uma escrava de nome Roza, dos seguintes sinais: altura regular, rosto encarnado, tem um dedo de uma das mãos torto para dentro da Palma, fala fanhosa, serviço de roça, deixou nesta cidade uma filhinha, e saiu grávida; foi do termo de Anadia no Pão d'Arco, da família do alferes José Joaquim Pessoa. Quem a capturar, e me trouxer terá 100\$000rs, de gratificação (Jornal do Penedo, 22 de janeiro de 1875, p.3).

Figura I9: Compilado de notícias sobre compra e venda de escravizados no século XIX



Fonte: São Paulo Antiga. Disponível em <<https://saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>> . Acessado em 05 de Abril de 2024.

A primeira característica a se destacar da notícia é o longo período que já havia transcorrido da fuga, mais de um ano. Não era comum o proprietário oferecer recompensa depois de tanto tempo passado, entretanto, essa nota nada tem de regular, ao contrário, a escravizada Roza optou em fugir mesmo estando grávida e para tanto precisou deixar uma outra filha pequena para trás.

A nota não revela os motivos de Roza, mas provoca a reflexão sobre quão dura era a vida em cativeiro, além da necessidade de se buscar novos caminhos e tomar decisões difíceis, como abandonar um filho. Telles (2018) afirma que a fuga de escravizadas grávidas está associada ao receio de serem forçadas a se tornar amas de leite, figura que sofria grande opressão no cativeiro, pois obrigadas a cuidar dos filhos da casa grande, por muitas vezes, eram obrigadas a negligenciar os próprios filhos.

Nesse sentido, também são muitas as notícias que demonstram a dificuldade de manutenção do núcleo familiar. Condição que pode ser assinalada como resistência dos escravizados.

Figura 20: Fotografia Centro Schomburg para Pesquisa em Cultura Negra/Biblioteca Pública de Nova York”



Fonte:Dmt em debate. Imagem de uma escravizada quitandeira trabalhando em 1880. Disponível em<<https://www.dmtdebate.com.br/as-politicas-da-desigualdade-racial-no-brasil-uma-republica-erguida-com-cotas-para-os-brancos/>> Acessado em 09 de Abril de 2024

Eixo 3: As Famílias

Comumente as notícias de fuga coincidem com outro tema relevante no estudo do escravismo, qual seja, a manutenção do núcleo familiar. Em muitas notícias percebe-se o agente em fuga na busca de melhores condições de vida levando consigo algum ente familiar ou sofrendo com a separação.

Do abaixo assinado fugiu sua escrava Luiza, cor fula, altura regular, grossa do corpo, com falta de dentes na frente, cabelos carapinhos e grandes, tendo no rosto um ou mais lapas como de chicote: representa ter 28 a 30 anos, sabe ler, esta escrava pertenceu ao Snr. Luiz de Oliveira Campello, e levou em sua companhia um filho com sete anos de idade, de nome Henrique, da mesma cor. É de supor que tenha fugido com o soldado de linha Inácio Jose Pinheiro, o qual se acha desertado, com quem era dita escrava amasiada. Quem Apreender (...) será recompensado generosamente. (O Orbe, 26 de julho de 1881, p.4).

De acordo com Slenes (2011), a manutenção do núcleo familiar no cativeiro era uma forma de preservar a cultura africana, além de garantir proteção e o sentimento de pertencimento por estar junto dos parentes e membros da mesma etnia. A separação familiar envolvia riscos e os indivíduos se tornavam deslocados e incompletos quando separados dos seus. Com efeito, depois de separada a família, o reencontro seria uma forma de resistência.

Leonor, africana, mãe do escravo Benedito, que foi embarcado aqui em 1877 pela casa dos senhores Fontan & Comp, e que, segundo consta, deve estar hoje em Minas ou em S. Paulo, tendo hoje quantia suficiente para alforriar seu filho e ocorrer a qualquer despesa que com ele possa ser feita, vem pedir ao generosos abolicionistas do sul do Império todo auxílio afim de conseguir o seu intento.

Outrossim, gratifica generosamente quem quer que dando-lhe notícia certa do referido seu filho, se encarregue de agenciar a sua libertação (I7 de setembro de 1883, p.3).

A notícia acima é bastante incomum, relata uma mãe que conseguiu recursos e tenta reencontrar seu filho vendido a tempos atrás. Através dessas notícias podemos notar a resistência ao cotidiano escravista e a determinação dessas mulheres em garantir a liberdade e/ou garantir a manutenção dos laços familiares. Isabel Cristina dos Reis (2018) destaca a relevância da vida familiar e como a sua manutenção é indicador de resistência num contexto de segregação e diáspora.

Figura 2I: Escravas Descansando após o Trabalho, Rio de Janeiro, 1858”



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível

em <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obraI5768/escravas-descansando-apos-o-trabalho-rio-de-janeiro>> Acessado em 05 de Abril de 2024

Eixo 4: As Biografias

Nas notícias analisadas até aqui as escravizadas aparecem de forma breve. Uma única nota, uma única informação, e essas personagens nunca mais retornam a figurar nos noticiários. Não sabemos a conclusão de suas trajetórias. Porém, perscrutando os jornais por períodos mais longos encontramos personagens que receberam maior destaque e sua trajetória foi acompanhada com maior interesse pelos editores e leitores da época. Na maioria das vezes, mesmo sem intenção, as escravizadas eram envolvidas em assuntos polêmicos e os editores acompanhavam suas histórias por meses seguidos e assim descobrimos um pouco mais dessas mulheres. Nesse sentido destacamos as histórias de Rosa e Honória.

A Escravizada Rosa

As notícias relacionadas à escravizada Rosa foram publicadas nos jornais O Orbe e O Gutenberg no período que se estende de agosto a dezembro de 1886. São dezenas de notícias que se sobrepõem em diferentes versões e envolvem autoridades locais, provinciais e até um senador e conselheiro do Império. Rosa teria sido seviciada por sua proprietária, Umbelina Aguiar em Maceió. Umbelina era mãe de um Promotor de Justiça, Antônio Teixeira de Aguiar, membro do Partido Liberal. Temendo complicações com as autoridades e os abolicionistas da capital devido aos graves ferimentos feitos na cativa vítima de maus tratos, Antônio Aguiar tentou ocultar Rosa em Porto Calvo, município localizado no litoral norte de Alagoas, na residência do Juiz de Porto Calvo, Guimarães Cerne, que tentou acobertar o crime, alegando que a cativa havia fugido. O caso ganhou grande repercussão e envolveu os periódicos abolicionistas da capital durante alguns meses, contrastando narrativas e envolvendo diversas autoridades do período.

Figura 22:Luíza Mahin



Fonte:Observatório do terceiro setor. Litografia de Luíza Mahin, escravizada que lutou pela liberdade e tornou-se símbolo da resistência feminina no cativeiro. Disponível em <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/escravizada-ela-lutou-pela-alforria-e-participou-de-revoltas-contra-escravidao/>> Acessado em 05 de Abril de 2024

Interessante perceber como a trajetória da escravizada Rosa gerou tantas disputas. O episódio promoveu discussões que apontavam para o colapso do regime escravocrata a partir de uma elite visivelmente dividida. A emancipação passava por vitórias no senado e demais instituições políticas e judiciais, essa noção se tornaria uma das principais estratégias dos abolicionistas.

A Escravizada Honória

Figura 23: Coleção álbum de retratos: Consciência negra - alguns afrodescendentes



Fonte: Porto Ferreira Hoje. Retrato de Honória Francisca da Paixão, conhecida como “Sonora” ou “Sá Honória”, filha de escravos. Disponível em <https://www.portoferreirahoje.com.br/noticia/2019/II/2I/porto-ferreira-ontem-consciencia-negra-alguns-afrodescendentes/> Acessado em 05 de Abril de 2024

Em outro episódio, a posse da escravizada Honória tornou-se objeto de disputa entre os senhores Bento José de Melo Pereira e José Joaquim Pitombo na comarca de Penedo na década de 1870. A querela judicial ganhou as páginas da imprensa local. A versão de Bento Pereira foi publicada em O Jornal de Penedo de janeiro a novembro de 1877. Em dezenas de notas, cartas e reprodução de documentos, Bento relata seus desenlaces contra José Pitombo pelo destino de Honória. A disputa foi marcada por ofensas, injúrias e toda sorte de acusações de parte a parte.

Sendo eu senhor e possuidor de uma escrava que houve por tentar comprar o Sr. José Joaquim Pitombo, Morador nesta vila, entendeu que devia arrancá-la de meu poder e tê-la em sua casa e companhia; e para chegar esse fim, passou uma escritura de doação da quantia de 200\$, e com estes mandou requerer sua alforria por arbitramento, perante o juiz municipal desta vila, conseguindo ser nomeado Curador da dita escrava. Procedido o arbitramento com irregularidades insanáveis, com injustiça clamorosa e violação da lei que não admite liberalidade de terceiro, apelei para o Sr. Dr. Juiz de Direito desta Comarca da decisão do Juiz Municipal. (Jornal do Penedo, 06 de abril de 1877, p.2)

A longa disputa travada na justiça e na imprensa local desvela os vícios e incoerências da sociedade escravista. Desvela ainda uma elite mesquinha e exploradora, pois mesmo Honória sendo objeto de disputa em tantos artigos publicados, a cativa não aparece como sujeito de seus atos nas representações do editor.

Com efeito, em nenhum momento conhecemos suas vontades ou interesses. Honória é tratada como um animal doméstico por seus senhores, pelos editores do jornal e pelas autoridades. Dessa maneira, vemos que a cativa não tinha voz alguma nos periódicos, espaços que pertenciam apenas às elites.

Eixo 5: Justiça

Figura 24: Charge fazendeiros e abolicionistas em oposição



Fonte: Toda Materia. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/abolicao-da-escravatura-no-brasil/#google_vignette> > Acessado em 05 de Abril de 2024.

No jornal abolicionista O Lincoln, conhecemos a trajetória de Rosalina, mulher de origem africana e livre que foi arrolada no processo de libertação de seus sete filhos. O processo teve como autores Feliciano, Balbino, Ricardo, Andreza, Luzia, Rosa e Lucinda - os filhos de Rosalina - e teve como réu o proprietário Tenente-Coronel Antônio Gomes de Mello Lins, grande proprietário e membro de família tradicional de Alagoas Na sentença, o magistrado Telesphoro Gomes de Araújo constatou a razão dos autores e reconheceu a liberdade de todos eles. O processo foi todo acompanhado pelo periódico abolicionista durante vários meses e a sentença que concedeu liberdade aos autores foi veiculada com grande alarde na primeira página da edição de 20 de abril de 1888:

O Poder Judiciário arrancou do barbarismo de um cativeiro ilegal as vítimas inermes do potentado negreiro. (...) Sentença: Alegando os autores que sendo filhos da africana Rosalina, importada depois da lei de 07 de novembro de 1831 (cujo tráfico era proibido) são livres não só por essa circunstância da lei, corroborada pela prova testemunhal dada, como também pela de se achar sua mãe matriculada com a declaração de filiação desconhecida.

(...) Considerando que pela matrícula se vê que Rosalina foi dada com a declaração de filiação desconhecida e que sendo ignorada a condição dela é presunção pleníssima de direito em favor da condição livre de seus filhos. (...) Considerando que o réu não apresentou provas robustas e seguríssimas que contestassem o direito dos autores porque em questão de liberdade se releva do ônus de prova a quem invoca transferindo-se a parte oposta. (...) Considerando o mais que consta dos autos julgo por sentença livres os autores, filhos de Rosalina, e como tais os declarando mando que sejam imediatamente restituídos a sua liberdade e pague o réu as custas. Publique-se e intime-se Pilar, 16 de fevereiro de 1888. Juiz Telesphoro Gomes de Araújo. (Lincoln. Maceió, 20 de abril de 1888, p. I, 1888.)

Na peça jurídica, reproduzida integralmente no periódico, percebem-se as estratégias utilizadas pelos escravizados. Apegando-se à Lei de 07 de novembro de 1831, que tentou impedir a entrada de africanos escravizados no país. Os autores do processo questionaram sua condição de escravizados, uma vez que sua mãe era uma mulher livre e entrou no Brasil depois de promulgada a referida lei, que tornou livre todos os indivíduos “importados” desde então.

Considerações finais

Notamos a importância de estudar, avaliar e organizar notícias que abordam a representação feminina no cativeiro. Pudemos observar os acontecimentos e compreender as estratégias de resistência implementadas pelas escravizadas, mesmo quando a resistência não era percebida pelos editores dos periódicos.

Observamos que o estudo da representação feminina é determinante para a compreensão do período em tela, pois, como vimos, a resistência e a persistência em obter a liberdade foi constante na vida das cativas. Consideramos que tal resistência contribuiu para o processo de abolição em curso e a culminância do mesmo em 13 de maio de 1888.

REFERÊNCIAS

- CASTILHO, F.F.A. A representação escrava em o Jornal do Pilar: a crise do escravismo em Alagoas (1874-1876). Revista Maracanan, v. 21, p. 50-70, 2019.
- LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). Lutas sociais, n. 25-26, p. 20-28, 2011.
- SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, 2007.
- TELLES, L.F.S. Amas de Leite. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Capítulo 5

“O bandido mais procurado, das Alagoas”: o célebre Mandú nas páginas de O Jornal de Penedo

As notícias relacionadas ao personagem Mandú foram encontradas ao longo do projeto “A escravidão em Alagoas: representações femininas no cativeiro”, Edital Pibic Prppi/Ifal 2019 e teve como bolsista a estudante Ingrid Beatriz de Souza Melo. A versão completa do artigo pode ser encontrada na revista Crítica Histórica/UFAL sob o título Desordeiros turbulentos e trabalhadores comportados: os casos do célebre Mandú e dos escravizados emancipados pelo Fundo de Manumissão em Penedo, 1876/1877. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/I4I54>



Protagonismo e resistência



“O bandido mais procurado das Alagoas”: o célebre Mandú nas páginas de O Jornal de Penedo

A cidade de Penedo está localizada às margens do rio São Francisco, sua ocupação data do início do processo de colonização do Brasil e por essa razão já se constituía numa vila antiga em meados do século XIX. Conforme Luana Teixeira (2016), ao longo dos oitocentos, Penedo consolidou-se como a segunda maior praça comercial da província de Alagoas e principal entreposto mercante da região que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem.

Figura 25: Mapa da Divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872



Fonte: ALAGOAS. Catálogo de mapas históricos do Estado de Alagoas. [Modificado pelo autor(a) para destacar o termo de Penedo]. Disponível em:

<<https://dados.al.gov.br/catalogo/en/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas/resource/323b9a53-I6d8-45e5-b34a-ad5db74bIdf5>>. Acesso 12/09/2021

O desenvolvimento do tráfico interprovincial na década de 1850, processo que levaria milhares de cativos das várias regiões brasileiras para os centros econômicos mais dinâmicos (MAMIGONIAN, 2017), impactou o município, pois, Penedo se perpetuou como porto exportador que atendia uma importante região até fins do século XIX. Segundo Teixeira (2016), há décadas Penedo estava conectado aos principais portos do Império, havendo inclusive rotas frequentes executadas por embarcações a vela do Penedo a Maceió e a Salvador.

Quadro 4:População de Livres e Escravos de Penedo

Homens Livres	Mulheres Livres	Total de Livres	Escravos	Escravas	Total de Escravos	Total
16.500	16.020	35.520	1.378	1.300	2.678	35.198

Fonte:BRASIL [Império]. Censo Nacional de I872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 20I9. Pesquisa realizada no âmbito do Pibic Edital Prppi 20I8. Projeto “Alagoas no Censo Nacional de I872: dados demográficos de uma província imperial”. Bolsista Victor Rafael de Lima Santos. Voluntária: Ingrid Beatriz de Souza Melo

Quadro 5:Síntese da população escravizada de Penedo em I872

	Estado Civil			Nacionalidade		Instrução	
	Solteiros	Casados	Viuvos	Brasileiros	Estrangeiros	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Homens	1.165	172	41	1.323	55	2	1.376
Mulheres	1.103	164	33	1.241	59	0	1.300
Total	2.268	336	74	2.564	114	2	2.676

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados: BRASIL [Império]. Censo Nacional de I872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 20I9. Pesquisa realizada no âmbito do Pibic Edital Prppi 20I8. Projeto “Alagoas no Censo Nacional de I872: dados demográficos de uma província imperial”. Bolsista Victor Rafael de Lima Santos. Voluntária: Ingrid Beatriz de Souza Melo

Por essa razão, na segunda metade do XIX, a cidade passou por transformações no seu desenvolvimento econômico. Os comerciantes locais e de outras praças viram ali a possibilidade de viabilizar o transporte dos cativos de regiões longínquas diretamente para Salvador, e, dali, para o Rio de Janeiro. Assim, o cenário era de uma cidade portuária que atendia uma vasta região do nordeste, destacando-se no comércio de escravizados.

Figura 26: Cidade de Penedo nos anos de 1880



Fonte: Canoa de tolda.org. Disponível em <<https://canoadetolda.org.br/artigos/202I/02/I9/memoria-descritiva-e-estatistica-do-rio-de-sao-francisco/>> Acesso em 24/03/2024.

O célebre Mandú

Em 30 de novembro de 1877 o Jornal do Penedo noticiou que um grupo de dez pessoas havia sido preso: seis homens, um menino, uma forra e duas escravas. O grupo é descrito como o “bando do Mandú”, alcunha de Manoel Felix Vitalino, homem acusado de assassinato e foragido da justiça

Figura 27: Trabalhador do Agreste



Foto de Wilhelm Kissenberth, 1908, “Trabalhador do Agreste”. Representação meramente ilustrativa das características e vestimentas que Mandú, provavelmente, utilizava durante o período.

Disponível em <<https://digitaltmuseum.org/>>. Acesso 23 de março de 2024.

Entre os capturados constam “o célebre Bello”; condenado por assassinato no município de Imperatriz e descrito como “companheiro inseparável de Mandú” e “homem da sua confiança”. Além de Bello, outros personagens como Chico Velho, Pedro Belindo e a mulher forra Clarinda de tal, conhecida por Linda, foram aprisionados no episódio. No entanto, a prisão do bando de Mandú descrita no jornal no final de novembro de 1877 já era a quarta tentativa da polícia local em aprisionar o criminoso.

De acordo com Hobsbawm (2017), foragidos da lei ou “bandidos”, são elementos que resistem a obedecer, além disso “estão fora do alcance do poder, são eles próprios possíveis detentores do poder e, portanto, rebeldes potenciais”. Por essas razões, podem vir a ser protegidos pela comunidade que está distante do centro irradiador de “poder”. No nosso caso, Mandú permanecia oculto na freguesia de Igreja Nova, distrito afastado do termo de Penedo, principal pólo irradiador de poder regional e em contato direto com Maceió, capital da província.

Para conhecer melhor a história de Mandú precisamos retroceder no tempo em seis meses, quando foi veiculada a primeira notícia a respeito da personagem. Em 20 de abril de 1877, O Jornal de Penedo informou sobre um assassinato que ocorreu no sítio Gado Bravo no termo de Penedo. A vítima, Vicente Caruaru, é apresentada como um ladrão de cavalos e que, na oportunidade, conduzia cavalos furtados. O principal suspeito do assassinato era Manoel Felix Vitalino, vulgo Mandú

Diante das acusações do jornal e o fato de Mandú passar a ser procurado pela polícia, Maria Magdalena Silva, esposa do acusado, publicou no mesmo jornal uma carta asseverando a inocência do marido. No documento publicado em 15 de junho do mesmo ano, a esposa nega as acusações e diz que Manoel Felix Vitalino, homem analfabeto, é inocente e sofre perseguição de desafetos. A carta publicada repudia a alcunha de “homem fera” e informa que a profissão de Mandú é de capitão do mato, ou seja, atuava como um aprisionador de escravizados foragidos. As especificidades da “profissão” de Mandú nos remetem ao famoso conto de Machado de Assis:

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem. (ASSIS, 1906, sem numeração de página)

No trecho acima, Machado de Assis trata da profissão de Cândido Neves, personagem central do conto “Pai contra Mãe”, um aprisionador de escravizados com dificuldades financeiras para cuidar de sua família (CHALHOUB, 2003). De maneira ferina, o renomado autor tocava num ponto curioso do final do escravismo, qual seja, o da manutenção da escravização através do uso da força por homens sem autoridade para tal, personagens por vezes marginalizados ou em flerte com o banditismo.

Figura 28: O Capitão do Mato



Fonte: Professor J. Alaor Portal. Ilustração de Johann Moritz Rugendas, 1822-1825.

Disponível em <<https://profalaor.eng.br/?p=I347>>. Acesso em 24/04/2024

Nas publicações seguintes de O Jornal de Penedo a respeito de Mandú temos documentos encaminhados pelo Juiz Municipal e pela Promotoria Pública, esses documentos conferiam a autoria do assassinato a Mandú e exigiam a sua captura.

A partir dessas publicações o caso ganhou notoriedade na imprensa e Mandú passou a ser apresentado como “o bandido mais procurado das Alagoas”. À medida que o caso se tornava mais conhecido e as notícias sobre a procura de Mandú mais recorrentes, críticas passam a ser feitas sobre a ineficiência da polícia, que não conseguia encontrar e prender o acusado. À medida que as novas notícias são veiculadas no periódico, vai ficando cada vez mais evidente em cada reportagem que existia grande pressão na sociedade para que o caso fosse solucionado.

A narrativa de crítica constante à polícia se transforma quando um novo delegado chega em Penedo. Em 12 de outubro de 1877 foi noticiada o desembarque do Sr. Capitão Eustáquio Rebello Brasil. O jornal comemorou a chegada do delegado enaltecendo seu nome e capacidades. A expectativa entre os editores do periódico era de que os problemas de segurança na cidade seriam resolvidos, inclusive seria solucionado o caso do célebre Mandú, que finalmente seria capturado.

Aparentemente, pelas impressões do redator, a simples chegada do novo delegado promoveu drástica mudança na segurança pública de Penedo, pois, em O Jornal do Penedo o Capitão Eustáquio era sempre elogiado, descrito como “ativo e incansável”. Embora, curiosamente, não lograria êxito em capturar Mandú.

Figura 29:Polícia Militar de São Paulo - I830



Fonte: Governo do Estado de São Paulo. Imagem meramente ilustrativa do regimento típico do período do Império não tendo ligação real com a polícia responsável pela segurança de Penedo durante o ocorrido, Disponível em <<https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>>. Acesso em 23/04/2024

Com a missão de prender Mandú, que seguia escondido nos arredores de Penedo, o delegado Eustáquio Rebello organizou diversas incursões policiais para encontrar o foragido, mas todas fracassaram, pois, com ajuda da população local e até mesmo com auxílio de guias contratados pela polícia, Mandú permaneceu oculto e em liberdade. Na mais curiosa das incursões relatadas pelo jornal, o delegado Eustáquio Rebello foi enganado pelo próprio guia contratado para a incursão, responsável por mostrar as terras desconhecidas pela polícia, ele adiantou-se do destacamento e avisou Mandú da aproximação da polícia. Assim, Mandú pode fugir em segurança.

Em outro episódio é narrado que o Delegado alcançou a residência de Mandú e cercou a propriedade, mas novamente não obteve êxito na prisão. Da mesma forma outras três tentativas seriam feitas, com igual resultado. Inferimos que os esforços e tentativas comprovam que, de fato, havia real interesse na prisão de Mandú, mas, que na proteção dos rincões do agreste alagoano, Mandú permanecia inalcançável para a polícia.

Assim, chegamos a notícia de 30 de novembro de 1877, referente a quarta incursão policial, quando ocorreu a prisão de dez pessoas do “bando de Mandú”, no entanto, o principal foragido, mesmo “ferido em um pé”, conseguiu escapar para Caruaru do Bezerro, em Pernambuco, “onde tem família”. o Capitão Eustáquio retornou para Penedo com a promessa de “tentar capturar Mandú, caso o mesmo retorne para Alagoas”. Desde então não foram encontrados mais registros sobre Mandú nos periódicos de Penedo.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado. Pai contra Mãe. Texto proveniente de: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro . Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso 06 de outubro de 2021.
- CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. Bandidos. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. Sæculum-Revista de História, n. 34, p. 123-142, 2016.

Capítulo 6

Estratégias dos escravizados em Penedo: Jaguncismo na senzala e libertações no periódico local

Esse capítulo foi elaborado a partir do fichamento do artigo Escravidão e violência: crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do século XIX em uma perspectiva da prática de jaguncismo. Revista OPSIS/UFGO <<https://www.researchgate.net/publication/329226782> ESCRAVIDAO E VIOLENCIA CRIMES COMETIDOS POR ESCRAVIZADOS NO INTERIOR DE ALAGOAS NO FINAL DO XIX EM UMA PERSPECTIVA DA PRATICA DE JAGUNCISMO>



Protagonismo e resistência



Estratégias dos escravizados em Penedo, cidade imperial: jaguncismo e libertação no periódico local

Em novembro de 1875 o Jornal de Penedo, folha editada na região leste de Alagoas, noticiava que eram procurados os escravizados José Nunes, Manoel Ventura do Nascimento e Jorge por crimes cometidos naquela localidade. O escravizado José Nunes teria aplicado facadas em Pantaleão Marques da Costa, no mês de junho daquele ano, nas proximidades da povoação de Igreja Nova. Já o escravizado Manoel Ventura do Nascimento era acusado de tentativa de assassinato, por ter dado uma “cacetada na cabeça de Anna Joaquina”, no mês de julho do mesmo ano, no sítio Olhos da Água da Abóbora. Por último, o escravizado de nome Jorge também era acusado de tentativa de assassinato, por ter desferido diversas facadas em Antônio José de Santana, em 12 de fevereiro de 1875, em Barra de Laranjeira, distrito de Piassabussu. Todos os crimes foram cometidos no termo de Penedo. O juiz municipal da região, Aureliano A. Ribeiro e Silva, pedia a captura dos referidos escravizados.

Figura 30: Cabeça de Jagunço



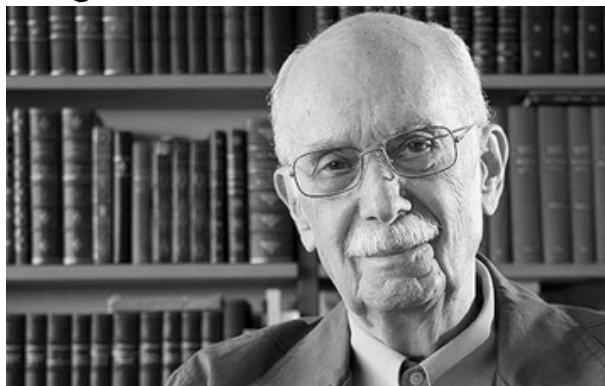
Fonte: Obra “Cabeça de Jagunço” de Ema Klabin. Disponível em

<<https://emaklabin.org.br/explore/obras/cabeca-de-jagunco-ilustracao-de-capade-cardapio/>> Acesso em 15 de Abril de 2024

Os crimes mencionados podem ser lidos no mesmo diapasão historiográfico que percebe os crimes cometidos por escravizados como modo de resistência ao cativeiro. No entanto, chama-nos a atenção o fato dos três escravizados foragidos serem propriedade da mesma senhora, D. Maria de Carvalho Guimarães. A coincidência de três escravizados pertencentes à mesma senhora estarem envolvidos em crimes de tentativa de assassinato em datas e locais próximos nos leva à hipótese da prática de jaguncismo.

De acordo com Antônio Candido (1970, p. 141), a definição de jaguncismo está ligada à ideia de prestação de serviço, “de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos”. O jagunço é utilizado, geralmente, para transgressões, para impor a ordem privada que atua como se fosse a ordem pública.

Figura 31: Antonio Candido



Fonte: Foto do professor Antônio Candido , Disponível em <
<https://sbsociologia.com.br/project/antonio-candido/>> Acesso em 15 de Abril de 2024

O jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer valer normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido comum. O que vigora é a “lei da acostumação”, segundo Candido (1970), em que a fronteira entre o legal e o ilegal é muito tênue e as arbitrariedades são comuns, em que “sempre rege o mando do mais forte”.

Figura 32: Jagunço Negro



Fonte: Obra “Jagunço negro” de Ema Klabin. Disponível em
<<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra24378/jagunco-negro>> Acesso em 15 de Abril de 2024

Sob estas condições se assentaria o jaguncismo, em diferentes graus, mas em geral sob a forma de guerras e desmandos. Daí surge a pergunta: A prática do jaguncismo com a utilização do elemento servil enquanto jagunço poderia ter sido uma prática costumeira no Brasil escravocrata?

A resposta não é simples. Na história do Brasil, o conceito de jaguncismo é mais comumente empregado no período da República Velha (1889-1930) e identificado com a prática do coronelismo. O mesmo conceito não aparece com a mesma frequência quando o assunto é a historiografia do Brasil Império (1822-1889). Nossa hipótese é que durante o governo imperial, ainda com a vigência da escravidão, as relações entre senhor e escravo ou mandatário e jagunço ficavam mais ocultas e, portanto, de mais difícil verificação. Mas reconhecemos que o serviço de jagunço seria uma estratégia dos cativos no contexto de crise do escravismo no interior de Alagoas.

Assim, a prática de crimes e assassinatos traz à baila a discussão sobre a violência nas senzalas, ora praticada contra o cativo e ora praticado por este. Em Alagoas esta questão se tornou mais relevante uma vez que a província foi exportadora de escravizados. Com a intensificação do tráfico interprovincial, o município de Penedo, sede do periódico ora em análise, desempenhou destacado papel no processo conhecido como “tráfico interno”.

Por fim, os eventos parcamente noticiados nos periódicos de finais do XIX suscitam mais questões do que oferecem respostas. No nosso exemplo, seriam as vítimas dos escravizados inimigos ou adversários de D. Maria de Carvalho Guimarães? Infelizmente a fonte pesquisada não nos revela mais nenhuma evidência nesse sentido. Em outros documentos perscrutados tampouco encontramos nova menção aos crimes e aos acusados. No entanto, tal análise pode contribuir com nosso escopo, pois oportuniza averiguar a complexidade das relações entre senhores e escravizados e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a progressiva extinção da escravidão no mundo do trabalho.

O Fundo de Manumissão e os trabalhadores de “boa conduta”

O Fundo de Manumissão foi um dispositivo da Lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. Também conhecido como Fundo de Emancipação, concentrava recursos de diferentes procedências, como impostos e rendas de loterias, para promover alforrias. O texto legal também estipulava que os cativos que possuíssem alguma quantia em dinheiro com a qual lhes fosse possível comprar a alforria tinham direito a tal, ou poderiam ainda oferecer parte do valor para complementar o dinheiro disponível no fundo (LARA; MENDONÇA, 2006).

Destaca-se que o Fundo de Manumissão era compatível com a expectativa das elites proprietárias de promoverem a libertação dos cativos de forma progressiva e gradual, pois emancipava apenas um grupo pequeno de escravizados anualmente.

No entanto, Wellington Silva (2017) assinala como a Lei do Ventre Livre modificou as estruturas da escravidão durante a segunda metade do século XIX em Alagoas, pois, observa o autor, como senhores e escravizados puderam criar contornos diferentes ao cotidiano escravista. Em especial, Silva aponta como alguns senhores da província reforçaram os laços de obediência, estratégia que possibilitou a manutenção de ex-escravizados sob sua obediência.

A par da Lei que criou o Fundo de Manumissão e suas implicações, consideramos um edital de manumissão encontrado em O Jornal do Penedo, em 12 de janeiro de 1876. A partir do documento extraímos o perfil que se esperava do escravizado “agraciado” com a libertação e mais algumas informações relevantes:

O Dr. Aurelino Antônio Ribeiro e Silva, juiz de opinião nesta cidade do Penedo e seu termo, (etc).

Faço saber aos que o presente edital virem que, em audiência especial com o juízo de opções De 31 de dezembro último, declarei libertos dentro das forças da quota do fundo de emancipação os seguintes escravos.

Freguesia Penedo. - Cypriana, 35 anos, casada, boa conduta, serviços domésticos, Da propriedade de Damiana Figueira Dantas e avaliada por 500\$000: Esta escrava ofereceu para ajudar o fundo de emancipação a quantia de 100\$000. Feliciano, 30 anos, boa conduta, carreira e sua mulher Domingas, de 38 anos, serviços domésticos, boa conduta, da Propriedade ambos de Antônio Joaquim de Almeida, e avaliados por 1:700\$000. João, africano, de 52 anos, padeiro, e sua mulher pastora, de 45 anos, cozinheira, ambos da propriedade de Jesuíno Honorato do Santos e avaliados por 600\$000. Tita, 30 anos, boa conduta, serviços domésticos, da propriedade de Joaquim Antonio da Silva, avaliada por 1000\$000. Ofereceu esta escrava o pecúlio de 500\$000. Rita 35 anos, solteira, boa conduta, cozinheira, da propriedade Luiza Cândida da Soledade, avaliada por 500\$000 Réis e oferecer o pecúlio de 200\$000. Maria Antonia, 40 anos solteira, boa conduta e cozinheira, da propriedade de Manuel Antônio Moreira Lemos, avaliada por 600\$000 e o ofereceu o pecúlio de 200\$000. Maria de 34 anos, solteira, boa conduta, serviços domésticos, da propriedade de Cândido Pinheiro Dantas; avaliada por 650\$000 e ofereceu pecúlio de 150\$000. - Freguesia de Piassabussú - José, africano, de 56 anos, boa conduta, pedreiro, e sua mulher Antonia de 45 anos, boa cozinheira, da Propriedade o primeiro de Manoel Thomáz da Silva e a segunda de Severo José da Rocha; Avaliados ambos por 600\$000. José oferecer o pecúlio de 100\$000. - Freguesia do Colégio. - Manuel, 40 anos, boa conduta, Carrero e sua mulher Raimunda, de 35 anos, boa conduta, cozinheira, ambos da propriedade de José ciriaco de Barros e avaliados por mim 1:100\$000. E para garantir direitos do qualquer que os tenha sobre os preços dos referidos libertos, Mandeí passar o presente, que será fixado na porta das Matrizes das três freguesias á cima, e publicado pela imprensa no jornal do Penedo. (Jornal de Penedo, 12 de janeiro de 1876, p.4)

Dessa forma, no documento apresentado destacamos a libertação de 13 escravizados, nove mulheres e quatro homens. Desse total, nove indivíduos eram casados, todos os quatro homens e cinco mulheres. Apenas quatro mulheres eram solteiras. No que diz respeito à profissão registrada, cinco mulheres eram cozinheiras e quatro se dedicavam aos serviços domésticos. Quanto ao grupo masculino, dois homens eram carreiros (indivíduo que conduz carro de boi ou semelhante), um era pedreiro e um era padeiro. O preço de cada cativo variava, provavelmente devido ao gênero e a idade (GRIMBERG, 2007).

Figura 33: Mosaico “O trabalho escravo”



Fonte: Mosaico elaborado pelos autores a partir de imagens que representam os diferentes serviços dos escravizados. Disponível em <https://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo0I/escr_conflito.html>
<<https://m.facebook.com/FotografiasDaHistoria/photos/a.361828460564638/467337783347038/?type=3>>
<<https://www.otempo.com.br/interessa/lei-do-ventre-livre-faz-150-anos-entenda-o-destino-dos-filhos-das-escravizadas-1.2548084>> <<https://www.estudokids.com.br/I3-de-maio-o-dia-da-abolicao-da-escravatura/>>

Acesso em 15 de Abril de 2024

Destacamos que para os escravizados obterem acesso ao fundo de emancipação deveriam atender três requisitos: 1) Apresentar “boa conduta”; 2) Ter constituído matrimônio e 3) Possuir profissão específica.

Assinalamos que a expressão “boa conduta” denota que o escravizado era obediente e ordeiro, e, mais importante, comprova que o seu proprietário confiava nele.

Para ser contemplado pelo Fundo de Emancipação o segundo quesito voltava-se para os escravizados preferencialmente casados. O fato de estar casado, provavelmente, fazia com que o indivíduo que possuía família não se envolvesse em “aventuras” de fuga e também não se revelaria. Portanto, o quesito ajudava a identificar indivíduos regrados e cumpridores da ordem.

Por fim, o terceiro quesito preocupava-se em identificar os escravizados que ocupavam alguma profissão bem estabelecida. A definição de uma profissão, ou dedicação à tarefa específica, parece ser fundamental, pois vivendo num meio urbano, como se constituía a cidade de Penedo em 1876, possibilitaria o acúmulo de algum pecúlio com base nas suas relações de sociabilidade. Além disso, o fato de trabalhar, aumentaria as chances de que o escravizado era disciplinado e cumpridor da ordem.

Figura 34: Um Jantar Brasileiro, 1835



Fonte: Acervo ABLFonte - Multirio. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1835. Domínio público.

Disponível em <<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8740-escravid%C3%A3o-negocia%C3%A7%C3%A3o-e-conflito>> Acesso em 15 de Abril de 2024

Portanto, o conjunto dos três requisitos indicariam um trabalhador ordeiro e disciplinado. Dessa forma, a libertação poderia ser interpretada como uma premiação pelo bom comportamento.

Destacamos que as três características sobrepostas; 1) ter boa conduta, 2) estar casado e 3) desempenhar profissão específica; conferiam a garantia de que se tratava de um indivíduo obediente e ordeiro, portanto, que não ofereceria riscos para a ordem social. Nesse sentido, a libertação poderia ser interpretada como recompensa pelo bom comportamento e obediência. Outrossim, nos estertores do escravismo, a participação de cativos no meio urbano indicava maiores possibilidades de se criar laços afetivos e de sociabilidade em meio à maior circulação de pessoas.

Em conclusão, ao longo deste capítulo utilizamos dois documentos encontrados em O Jornal de Penedo que permitem reflexões sobre o período final do escravismo. Anotamos que os escravizados buscavam por sua liberdade constantemente em seu cotidiano e poderiam adotar diferentes estratégias para alcançá-la. Nesse sentido, tivemos no primeiro documento a provável prática de jagunçismo efetuada por três escravizados envolvidos em crimes violentos. Já no segundo documento, temos o exemplo de diversos trabalhadores escravizados que buscavam a liberdade esculpindo as regras impostas pela sociedade da época e sujeitando-se ao Edital de Manumissão, empregando, inclusive, suas economias. Os dois extremos ajudam a compreender quão diverso e complexo era o contexto de final do escravismo durante a segunda metade do XIX e como era o dia a dia dos escravizados, protagonistas de suas escolhas.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. Vários escritos, v. 3, p. 147-179, 1970.
- GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. Almanack braziliense, n. 6, p. 4-13, 2007.
- LARA, Sílvia Hunold. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. LPH-Revista de História, Mariana, v. 3, n. 1, p. 215-44, 1992.
- SILVA, Wellington José Gomes da. A liberdade requer limites: o Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

Capítulo 7

A representação escrava nas
páginas de O Jornal do Pilar:
regramento social e
compadecimento para com os
escravizados

Esse texto foi desenvolvido no âmbito das pesquisas de Pibic do Ifal, Edital Prppi 2020. A versão completa do artigo pode ser encontrada na Revista MARACANAN/UERJ, 2019. Disponível em<
<https://doi.org/10.12957/revmar.2019.38624>>



Protagonismo e resistência



A representação escrava nas páginas de O Jornal do Pilar

No final do século XIX, Pilar era um dos três municípios mais relevantes da província de Alagoas. Localizada às margens da Lagoa Manguaba, funcionou como importante ponto de conexão comercial entre o interior e a capital. As mercadorias que chegavam em carroças ou lombo de animais vindos do interior eram transportadas por via lacustre para a capital. Esta posição de entreposto dinamizou a vida comercial e urbana do município.

Em pesquisa realizada no Censo Nacional de 1872 encontramos que a cidade do Pilar possuía uma população total de 9.811 pessoas, das quais 8.465 eram livres (4.092 homens e 4.371 mulheres) e 1.348 eram escravizados (640 homens e 708 mulheres). Sobre a população escravizada, o documento informa que 948 indivíduos eram pretos e 402 pardos; 1.173 eram solteiros, 144 casados e 31 viúvos. De todos os escravizados recenseados em Pilar, 1.283 eram nascidos no Brasil (1.277 eram alagoanos, 5 pernambucanos e 1 baiano) e 65 de outras nacionalidades. Todos os 1.348 escravizados eram analfabetos, que somados aos analfabetos livres, que eram 8.009, conferiam à cidade uma taxa de 95,37% de analfabetos, número levemente superior à média nacional.

Figura 35: Largo da Matriz - Pilar (1890/1900)



Fonte: Blog do Sérgio - Pilar Antigo. Disponível em <<https://sergiomoraespilar.blogspot.com/2017/09/pilar-antigo.html>> Acesso em 08 de Abril de 2024

A principal folha editada no município durante esse período foi “O Jornal de Pilar”. A coleção do periódico encontra-se completa no acervo da Hemeroteca Nacional, neste portal temos acesso a um total de 240 edições que cobrem o período que se estende de janeiro de 1874 a outubro de 1879. O periódico era editado semanalmente e possibilita acompanhar de forma cuidadosa os temas relativos à transição da mão de obra no município e região. Além disso, é possível conhecer o posicionamento do editor e proprietário Antônio Duarte Leite da Silva, advogado e poeta, diante de práticas de violência policial que presenciou em Pilar. O posicionamento contundente do editor levou ao fechamento do jornal em 1879.

Figura 36: Edição semanal de O Jornal do Pilar



O Jornal do Pilar de 13 de Janeiro de 1874. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=8II696&pagfis=I>> Acesso em 08 de Abril de 2024

Nas páginas de O Jornal do Pilar, os temas relacionados ao regramento social eram sempre apresentados de maneira associada aos temas do mundo do trabalho. Constantemente o editor relacionava a presença dos cativos e/ou ex-escravos à segurança pública. Antônio Duarte, em diversas oportunidades, rogou por maior controle e ação das autoridades policiais. Em alguns exemplos percebemos que atividades corriqueiras, como crianças de cor brincando nas ruas, eram descritas com grande preocupação como se estivesse diante de uma perigosa ameaça para a segurança e tranquilidade pública. Ao mesmo tempo, a descrição da movimentação de grupos de homens negros circulando no bairro Tabuleiro, eram apresentados, sem maiores razões, como malfeitores, e pareciam causar grande pavor nas páginas do periódico.

Providências: Pedimos aos srs delegado e subdelegado de polícia queiram providenciar a respeito de uns grupos de negros e moleques reunidos todas as noites as portas de estabelecimentos a rua do Cravo soltando buscapés e fazendo grande algazarra. O uso do buscapé não é permitido por postura da câmara municipal, maximé presentemente, fora de tempo, para que não penetrem em alguma casa comercial e façam deploráveis estragos. O Jornal do Pilar, Pilar (AL), II jun. 1874, p. 2.)

A cada instante espera-se alguma desgraça, pois a impunidade em que vivem, por aqui, os malfeitores, não pode deixar de trazer consigo funestas consequências. Pessoa fidedigna comunica-nos que no tabuleiro vagueiam uns doze negros fugidos, armados de foice e chuço e, até o presente, ainda nenhum sinal de vida tem dado a polícia da localidade! E com razão, por isso que sendo, como é resumido o destacamento daqui, bem mal guarda as portas da cadeia! O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 2 jun. 1874, p. I.)

Com efeito, o que mais incomodava o editor de O Jornal do Pilar era a circulação de pessoas de outra cor. Em obra clássica da historiografia, “Onda negra, medo branco”, Célia Maria Marinho Azevedo (1988) discutiu a emergência de uma “onda negra” e o consequente “medo branco” como aspectos fundamentais do imaginário do Brasil imperial.

Figura 37: “O Senhor e seus escravos”



Fonte: geledes.org, Imagem representando o senhor e seus escravos no século XIX. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/onda-negra-medo-branco/>> Acessado em 08 de Abril de 2024

A preocupação e o clima de medo instaurado nas páginas do periódico ecoavam os Relatórios dos Presidentes de Província do mesmo período, pois Alagoas e outras províncias do Nordeste encontravam-se em sobressalto devido aos recentes levantes sociais conhecidos como a Revolta do Quebra-Quilos. Encontramos o seguinte documento no Relatório do Presidente de Província do ano de 1975:

O capitão Antonio Thomaz de Aquino, conhecido por Antonio Thomaz do Brejo Grande (morava na Imperatriz) invadiu o povoado Mundahú-Meirim, inutilizou os pesos e medidas do novo sistema, incendiou os cartórios, subdelegacias de polícia e julgado de paz e o título do cobrador dos impostos de feira, obstando a arrecadação dos mesmos e tentando assassinar o português conhecido por Antônio Moto-e-vivo.

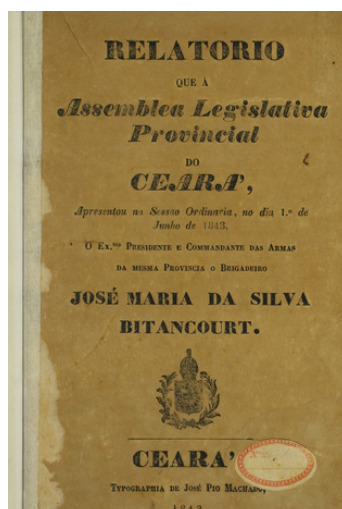
No timbó, ameaçada de invasão, foram tomados do poder do subdelegado de polícia dois sediciosos do Mundahú-Meirim. Foi preso o alferes Antonio Thomaz do Brejo Grande como um dos cabeças da sedição e submetido a processo com outros.

Em Traipú, no lugar denominado Lagoa das Areias, houve certa agitação que cessou com a presença da autoridade, auxiliada por um destacamento volante que percorreu as comarcas do Penedo e Paulo-Afonso no Valle do Rio São Francisco. Em Atalaia, notou-se agitação que desapareceu com as autoridades, que fez reestabelecer o uso do novo padrão de pesos e medidas que havia sido abandonado pelo antigo sistema.

No Pilar, houveram manifestações que não se reproduziram. Na capital, um grupo, na madrugada de 1º de 1875, fez manifestações inconvenientes de caráter sediciosos. A falta de forças deu lugar a serem recolhidas as patrulhas rodantes, o que animou as manifestações.

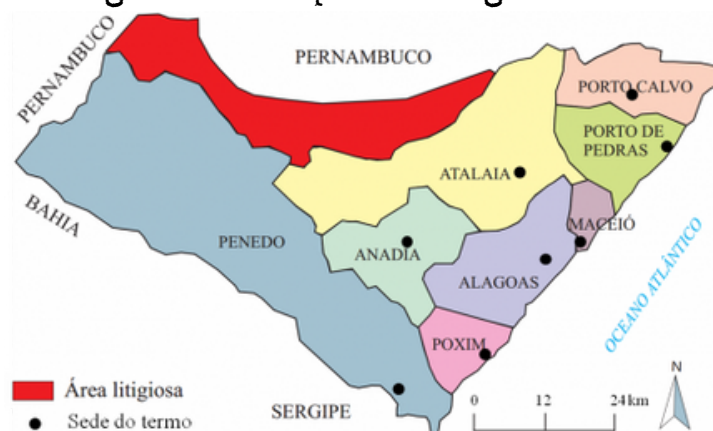
Um grupo de sediciosos penetrou na comarca da Imperatriz, reproduzindo atentados cometidos na província da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Relatório de Presidente de Província, 1875)

Figura 38:Capa do Relatório de Presidente de Província



Fonte: Biblioteca Brasileira. Disponível em < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7526> > Acesso em 11 de Abril de 2024

Figura 39: Mapa de Alagoas



Fonte: Openedition. Mapa de Alagoas em 1995, representando alguns municípios mencionados no Relatório.
Disponível em < <https://journals.openedition.org/confins/20568?lang=pt> .> Acessado em 11 de Abril de 2024

Ao confiar no relato presente no documento, houve movimentação e algum distúrbio em diversos municípios e territórios de Alagoas. A suposta desordem social descrita nos relatórios e que tanto preocupava as autoridades alagoanas está intimamente relacionada com o período final do escravismo, a tensão era causada pelas incertezas provocadas pela insegurança gerada quanto à nova organização do mundo do trabalho no país e na província. No mesmo período pululavam nas páginas dos periódicos locais notícias de fugas e crimes violentos praticados por cativos, intensificando a sensação de medo e insegurança. Neste cenário, cabe tentar compreender o posicionamento do editor do principal jornal de Pilar, Antônio Duarte, e apontar as relações que fazia entre o final do escravismo e a manutenção da ordem social.

Antônio Duarte Leite da Silva, como as elites letradas viam os escravizados e o escravismo?

Um ponto a ser realçado nas páginas de O Jornal do Pilar é o posicionamento dúbio do editor Antônio Duarte quanto ao final do escravismo. Aparentemente Antônio Duarte se compadecia com o sofrimento dos escravizados e exigia das autoridades locais e proprietários um tratamento mais humano aos cativos. No entanto, o editor jamais desfraldou nas páginas de seu periódico a bandeira abolicionista, uma vez que utilizava as folhas do seu jornal para anunciar a venda de escravizados e é comum encontrar nas páginas do periódico notícias de “procura-se” de escravizados fugidos. Com o desgaste do escravismo, os jornais abolicionistas do período não vinculavam mais este tipo de notícia (Freyre, 1979).

Figura 40: A imprensa



Fonte:nationalgeographic.Imagem de jornalistas reunidos durante o século XVIII. Disponível em <https://www.nationalgeographic.pt/historia/a-imprensa-no-seculo-das-luzes-da-gazeta-ao-diario_3280> Acesso em 11 de Abril de 2024

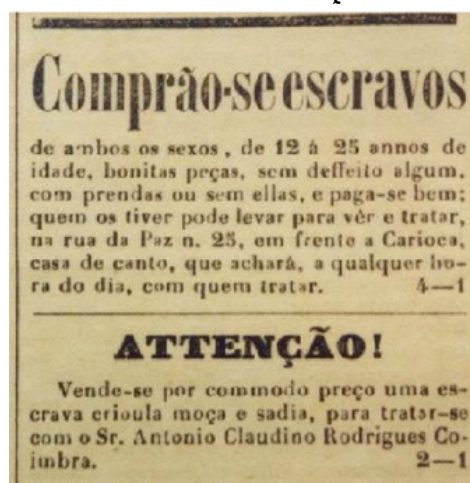
Acompanhando as páginas de O Jornal do Pilar encontramos grande quantidade de anúncios de compra e venda de escravizados veiculados no periódico. Nos chama a atenção o fato de que, por diversas vezes, a própria sede da tipografia servia como ponto de encontro e local para maiores esclarecimentos sobre os anúncios, ou seja, existia, muito provavelmente, certa relação de proximidade entre o editor e o grupo de escravocratas da região.

AMA: Precisa-se de uma para casa de moços solteiros. Prefere-se que seja escrava, a tratar nesta typographia.(O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 2 fev. 1874, p. 4.)

ES CRAVA: Nesta typografia se dirá quem compra uma escrava sadia, de 22 a 24 anos de idade. (O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 13 jan. 1874, p. 4.)

ANNUNCIOS: Vende-se uma escrava robusta, bonita figura, bons costumes e habituada a serviços do campo. A pessoa pretender dirija-se a esta typographia que saberá a quem deve se dirigir. (O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 10 out. 1874, p. 4.)

Figura 4I: Anúncio de compra de escravos



Fonte:researchgate.net.Anúncio de compra de escravos comumente reproduzido em jornais do século XIX, Disponível em <https://www.researchgate.net/figure/Anuncio-de-Compra-e-Venda-de-Escravos-publicados-no-jornal-0-Despertador-em-Desterro_fig3_365895887> Acessado em 08 de Abril de 2024.

Apesar dessa aproximação e existência de prováveis laços entre os escravocratas do município e região com o editor/proprietário do periódico, uma outra característica do jornal merece reflexão. Pois, por diversas vezes o editor Antônio Duarte assume um discurso de compadecimento e solidariedade devido ao sofrimento imposto aos escravizados. Por diversas vezes o editor se posicionou contra a prática de castigos físicos e excessos observados na freguesia do Pilar praticados por proprietários, na opinião do Antônio Duarte:

O exame de absurdos atos de que o escravo é alvo, queremos destacar o seguinte, apelando, desde já, para o bom senso das autoridades, afim de que não se faça esperar por mais tempo o remédio necessário. [...] É princípio de direito, estampado nas páginas de nosso código que não haverá crime, sem uma lei anterior que o qualifique. Baseado no qual, vamos saber o motivo porque certos senhores mandam para as cadeias públicas os seus escravos isto com fim de serem surrados com o maior escândalo, para punir, às vezes, nesses pobres sem sorte [...] De baixo de que princípio pode um senhor mandar surrar um escravo na cadeia? Debaixo de que princípio autoridade cumpre esse mandado? Que bárbaro costume esse, sem fundamento que o justifique, consta-me que faz do possuidor de escravos um sultão. Da autoridade policial o mero instrumento de paixões alheias. (O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 17 mar. 1874, p. I.)

Com efeito, em diferentes passagens do periódico o editor se condoía com o sofrimento ao quais os escravizados estavam submetidos.

Uma página negra - Há dias deparamos em uma das ruas desta cidade com um espetáculo contristador! Duas mulheres de cor abraçavam-se estreitamente e choravam com amargura indefinível. Era uma cena de condoer [...] perguntamos a um amigo o que originava aquela cena lutuosa?

[...] aquelas duas mulheres são mãe e filha, ambas escravas. Há muitos anos que servem com dedicação ao seu senhor, que acaba de premiar-lhes os bons serviços, separando-as agora com tamanha crueldade [...] a filha foi vendida a um comprador de escravos em distante província [...]. Como tem de breve partir para servir a seu novo dono, faz a derradeira despedida a sua mãe. (O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 2 jun. 1874, p. 2.)

Esta característica solidária, embora não abolicionista, confere especificidade à visão do editor Antônio Duarte e ajuda a entender o complexo quadro de ocaso do escravismo no Brasil e em Alagoas. O ponto de vista apresentado nas páginas de O Jornal do Pilar por seu editor tem elementos incoerentes, pois embora reconheça aspectos bárbaros da escravidão nunca abraçou a causa abolicionista e não conseguiu sugerir nenhuma solução para a crise do escravismo.

Com efeito, um anúncio reproduzido nas páginas do periódico corrobora para problematizarmos a complexidade presente no processo de transição da mão de obra em Alagoas e o papel que os ex-escravos deveriam desempenhar nesse cenário:

ATENÇÃO Na oficina de funileiro de AVELINO LEANDRO DE BARROS aceita-se aprendizes, livres e escravos, nas condições seguintes: De 10 a 14 anos de idade terão o ensino grátis se frequentarem a oficina durante o espaço de 5 anos. Os de 14 a 18 anos, terão o mesmo ensino, frequentando somente 3 anos. Os aprendizes que quiserem ter a mesma sciencia em pouco tempo, sem a sujeição dos prazos acima mencionados pagarão por mez 10\$000 reis se trabalharem com os materiais do mestre, proprietário de dita oficina; e os quiserem ter apenas o ensino, tralhando em seus materiais pagarão 20\$000 mensal. Todos os aprendizes de qualquer condição terão lições de pintura, além do ensino primitivo. Na oficina não haverá exercício algum nos dias privados pela igreja, pelo que será destinado o dia de sábado para os aprendizes e officiaes trabalharem em seus materiais para seus interesses; mas quando esse dia for santificado, será prohibido o trabalho. (Pilar 12 de novembro de 1874. Avelino Leandro de Barros.43)

Figura 42: Uma lição de funilaria: A tesoura, a bigorna e o martello”



Fonte:Brasiliiana Fotográfica, Imagem da Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas, 1910. Oficina de funileiro. Disponível em < <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=18379>> Acesso em 11 de Abril de 2024

A proposta de aprender um novo ofício enquanto trabalha gratuitamente e ordeiramente sintetiza a visão das elites sobre o trabalhador nacional. Este deveria comportar-se pacientemente enquanto as elites sonhavam com um progresso material e de infraestrutura. A educação, ou “instrução”, serviria apenas para colocar o trabalhador em alguma ocupação, combatendo a vadiagem e garantindo a ordem social.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX. São Paulo: Annablume, 1988.
- FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- JOFFILY, Geraldo Irenêo. O quebra-quilo: A revolta dos matutos contra os doutores (1874). Revista de História, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 69-145, 1976.

Capítulo 8

A execução de Francisco: das revoltas escravas ao último enforcamento do Império

Esse capítulo foi elaborado a partir do fichamento do artigo A representação escrava em O Jornal do Pilar: a execução de Francisco e a crise do escravismo em Alagoas (1874-1876). REVISTA MARACANAN/UERJ. 2019. <

<https://doi.org/10.12957/revmar.2019.38624>>



Protagonismo e resistência



A execução de Francisco: das revoltas escravas ao último enforcamento do Império

No dia 28 de abril de 1876 uma multidão estava concentrada nas principais ruas da cidade de Pilar. As pessoas aguardavam ansiosas a execução do escravizado Francisco, condenado pelo assassinato de seu senhor, o capitão da Guarda Nacional João Evangelista de Lima e esposa, Josepha Marta de Lima.

O crime ocorreu em abril de 1874 quando em uma emboscada Francisco e outros dois escravizados, Prudêncio e Vicente, assassinaram as duas vítimas. A “punição exemplar” estava prevista na legislação desde 1835, a Lei Regencial punia com a morte escravizados que matassem ou ferissem gravemente seus donos ou familiares. A Lei fora aprovada depois das duas revoltas escravas mais violentas do país, a Revolta de Carrancas, de 1833, e a Revolta dos Malês de 1835.

Figura 43: Encenação anual da execução de Francisco em Pilar-AL



Fonte: Instagram prefeitura do Pilar. Imagem do anúncio espetáculo anual que encena a execução de Francisco em Pilar/AL. que aconteceu em 29 de Abril de 2024 Disponível em
<https://www.instagram.com/p/C6JX30grC04/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=MzRlODBiNWFlZA==>
> Acessado em 09 de Abril de 2024

Calcula-se que duas mil pessoas, entre livres e escravizados, compareceram à execução. Francisco percorreu as ruas de Pilar acompanhado do carrasco em um cortejo que visava amedrontar os cativos que foram levados por seus senhores para assistir à execução. Francisco foi o último condenado à pena de morte no Brasil e sua execução marca a história de Pilar e Alagoas.

Escravidão e violência: As revoltas escravas e a Lei Nefanda de 1835

A Revolta dos Malês, estudada por João José Reis (2003), foi um movimento que ocorreu em 25 de janeiro de 1835. Segundo o autor, a revolta envolveu mais de uma centena de homens e ocorreu em um meio urbano, na cidade de Salvador, tendo início quando dezenas de rebeldes tomaram a Câmara Municipal, que também funcionava como prisão, para libertar o escravizado Pacífico Licutan.

A revolta deixou a cidade em polvorosa, tendo sido sufocada com a morte de mais de 70 rebeldes. A partir desse episódio, o medo de novo levante se instalou durante muitos anos e foi difundido pelas demais províncias do Império. Jornais de todo o país repercutiram o caso com enorme atenção e publicaram, principalmente na capital Rio de Janeiro, medidas para combater a rebeldia do elemento servil.

De acordo com Reis, a partir da Revolta dos Malês, as autoridades, em âmbito nacional, submeteram a população africana a uma vigilância cuidadosa e por muitas vezes a uma repressão abusiva.

Figura 44: A Revolta dos Malês, 1833.



Fonte: Carta Capital, Imagem da Revolta dos Males, Disponível em <
<https://www.cartacapital.com.br/opinio/revolta-dos-males-nossos-estudantes-precisam-conhecer-essa-historia/>> Acessado em 09 de Abril de 2024.

A Revolta dos Malês tornou-se a rebelião escrava mais conhecida do país. No entanto, dois anos antes, em Minas Gerais, ocorreu a Revolta de Carrancas. Uma rebelião bastante violenta de cativos num meio rural que provocaria consequências importantes nas décadas seguintes. Para Marcus Andrade (2017), a Revolta de Carrancas foi a maior rebelião escrava que ocorreu na província de Minas Gerais. O episódio ocorreu nas fazendas da família Junqueira, localizadas na freguesia de Carrancas, Comarca do Rio das Mortes, região estratégica para o comércio que ligava Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Figura 45: Ventura Mina e a Guerra de Carrancas



Fonte: Folha do Pirajucara. Ilustração de revolta escrava, semelhante ao movimento de Carrancas quando escravizados se rebelaram contra a família de José Francisco Junqueira. Disponível em < <https://www.folhadopirajucara.com.br/index.php/2023/02/25/ventura-mina-e-a-guerra-de-carrancas/> >

Acessado em 25 de Abril de 2024

Andrade (2017) narra a violência e os momentos decisivos da rebelião, destacando o horror vivido naquelas plagas. No episódio, que aconteceu em 13 de maio de 1833, os escravizados assassinaram todos os brancos que se encontravam nas fazendas da família Junqueira, quando um grupo de mais de 30 escravizados “massacraram com inaudita crueldade os membros da família Junqueira”. Andrade reproduz parte dos autos do processo:

Os escravos invadiram a casa grande de seus senhores, investindo diretamente contra José Francisco Junqueira, sua mulher, Antônia Maria de Jesus, que se recolheram rapidamente e se trancaram num quarto. O escravo Antônio Retireiro buscou um machado na senzala [...] depois de arrobarem a porta do quarto, Antônio Retireiro, com a arma que tinha na mão, disparou na face de seu senhor, ficando mortalmente ferido e ainda teve que sofrer muitos maiores tormentos, com sua mulher, filha, e neta, os quais foram massacrados com inaudita crueldade [...]. No auto de corpo de delito consta que a mulher de José Francisco Junqueira além de apresentar ferimentos no rosto, coroa cabeluda e grande efusão de sangue também se encontrava bastante ensanguentada da cintura para baixo, causando certo constrangimento às testemunhas, impedindo que desse prosseguimento ao exame(...)

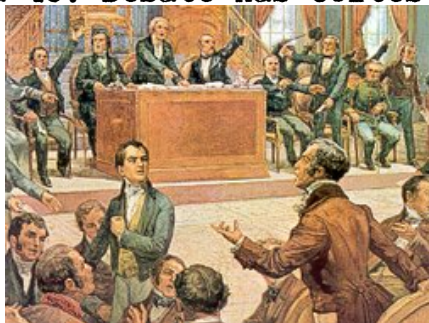
Ana Cândida da Costa (cunhada do proprietário) foi morta a golpes de foice e cacetadas no quintal da dita fazenda [...] o estado em que foi encontrada era lastimável, pois sua cabeça e rosto estavam irreconhecíveis e não se achava unida ao corpo. O menino José e a menina Antônia foram mortos pelos escravos e a criança de peito, o crioulo Quintiliano (um dos chefes da revolta) mandou lançar no cubo do moinho. (ANDRADE, M. F..2017,p.268)

De acordo com Andrade, a crueldade com que foram executadas as mortes certamente contribuiu para extremar o pavor em relação às rebeliões escravas, reforçar os mecanismos de controle e repressão e revelar o caráter aterrador da violência coletiva em si.

O clima de terror atingiu toda a região merecendo maior empenho das autoridades e proprietários da província mineira. Os escravizados rebeldes de Carrancas foram punidos, sendo que 16 deles foram condenados a pena de morte por enforcamento e executados em praça pública na vila de São João del Rei.

Os acontecimentos de Carrancas aterrorizaram não só os proprietários mineiros, como também as regiões limítrofes à Comarca do Rio das Mortes. No dia 10 de junho de 1833, durante o governo Regencial, foi enviado à Câmara dos Deputados um projeto referente ao julgamento de crimes cometidos por escravizados. Segundo Andrade, esse projeto tem ligação direta com os acontecimentos de Carrancas que foi amplamente discutido na Câmara e no Senado e antecipava em muitos pontos o texto da “Lei Nefanda” de 10 de junho de 1835, que estabeleceu a pena de morte para escravizados envolvidos no assassinato de seus senhores, familiares e prepostos. No projeto de 1833 previa-se a supressão do júri para julgamento de crimes dessa natureza, sendo substituído por uma junta de juízes de paz da região onde ocorresse o crime.

Figura 46: Debate nas Cortes de Lisboa



Fonte: Tribunal de Justiça da Bahia, pintura de Oscar Pereira da Silva. Representação de debate no Congresso - como propõem as leis. Disponível em <http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume3/cap6.htm> Acesso em 15 de Abril 2024.

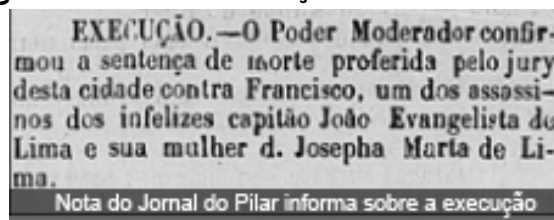
Desta forma, a Lei Regencial que previa a execução de cativos que matassem ou ferissem seus senhores foi aprovada em 1835 e teve como principal motivo o massacre ocorrido em Carrancas dois anos antes. A Lei foi decretada em maio, poucos meses depois da Revolta dos Malês, que ocorreu em janeiro de 1835 e também pode ter antecipado a aprovação da lei. Quarenta anos depois, a Lei Nefanda seria colocada em prática pela última vez para condenar a morte o escravizado Francisco por enforcamento em Pilar, Alagoas.

A trajetória de Francisco na narrativa de Antônio Duarte Leite da Silva

O Jornal de Pilar acompanhou todo o processo de julgamento de Francisco até sua execução. A coleção do periódico está completa no acervo da Hemeroteca Nacional, neste portal temos acesso a todas as edições do periódico num total de 240 edições que cobrem o período que se estende de janeiro de 1874 a outubro de 1879.

O periódico era editado semanalmente e possibilita uma visão acurada das discussões acerca do crime e do posterior julgamento de Francisco.

Figura 47: A Execução de Francisco



Arquivo Nacional

Fonte: Senado Federal. Imagem de o Jornal do Pilar noticiando a execução de Francisco. Disponível em <
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/04/jornal-de-alagoas-narrou-em-detalhes-ultima-pena-de-morte-executada-no-brasil>> Acessado em 09 de Abril de 2024

No que diz respeito à descrição de Francisco e o crime praticado pelo mesmo, encontramos uma narrativa que se modifica constantemente desde o anúncio dos assassinatos, em abril de 1874, até a execução do condenado em maio de 1876.

Inicialmente o cativo é representado como um “monstro feroz e perverso”. Seu crime é descrito como um ato de “brutalidade e selvageria” e seu caráter de uma “natureza cruel”. Segundo o editor, Francisco possuía uma “inteligência de demônio” além de ser “selvagem”, “desalmado” e “como uma fera, farejava sangue”. Ou seja, o editor não reconhece traços de humanidade em Francisco, apenas de uma fera perigosa e perversa.

Por outro lado, poucos meses depois, no momento da captura de Francisco, o personagem foi descrito como covarde, frouxo e submisso:

Francisco, o outro assassino, portou-se covardemente por essa ocasião, alma sobremaneira acanhada, pequeno molde em que se vasa a frouxidão de um gênio miserável, em vista dos agentes da polícia, caiu por terra, implorando perdão, e jurando não ter tomado parte e nem saber dos assassinatos do capitão João de Lima e sua mulher. (...) Cínico e perverso! O medo que lhe infundia a enormidade de seu crime, visto de perto, ao sentir que se aproximava de si a espada vingadora da justiça, trêmulo e suplicante, ei-lo a lambar as plantas dos pés de quem tinham em seu poder, preso incapaz de qualquer ação! (O Jornal do Pilar, (Pilar (AL), 6 jul. 1874, Editorial, p. I.)

Embora também use os adjetivos “cínico e perverso”, todos os outros predicados utilizados ao longo das notícias relacionadas à captura e prisão de Francisco constroem a imagem de um sujeito inerme e poltrão.

Figura 48: Os Crimes de violência



Fonte: História Viva. Representação de um escravizado cometendo crime violento. Disponível em <<https://historianovest.blogspot.com/2009/II/punicao-disciplina-e-pensamento-penal.html>>, Acesso em 12 de Abril de 2024

Vale destacar, que de acordo com a bibliografia especializada, era comum escravizados criminosos e homicidas se entregarem imediatamente às autoridades. Existem registros de escravizados homicidas que quando encontrados foram linchados pela população. De qualquer maneira, os crimes envolvendo escravizados multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo.

Em um terceiro momento, quando Francisco encontra-se no cárcere, às vésperas de sua execução, o personagem aparece nas páginas do periódico como alguém submisso, indiferente e paciente.

Francisco, que aqui chegara no dia 24 do corrente no meio de 32 praças de linha comandados pelo tenente Hermes Correa e Moraes, oficial do exército, e acompanhado de um galé que lhe serviu de carrasco, uma figura de verdadeiro assassino, posto à disposição do sr. Dr. Juiz Municipal, com todas as formalidades do estilo, este mandou-o recolher à cadeia desta cidade onde depois de dois dias de sua chegada foi confessado, mostrando sempre neste espaço de tempo bastante calma e quase indiferentismo. (O Jornal do Pilar, Pilar (AL), 30 abr. 1876, p. I.)

No relato do dia da execução de Francisco, o editor insiste por diversas vezes no estado de calma e aparente indiferença de Francisco, durante as refeições, sono e visita eclesiástica. O editor explica que ao longo do percurso traçado pelo condenado, este orou nas Igrejas do Rosário e São Benedito. Menciona ainda que durante o trajeto o Oficial de Justiça fez a leitura da sentença em diversos trechos do caminho.

Figura 49: Igreja do Rosário, Pilar, 1800



Fonte : História de Alagoas. Igreja do Rosário, Pilar, 1800. Disponível em <<https://www.historiadealagoas.com.br/pilar-do-engenho-velho.html>> Acessado em 09 de Abril de 2024.

Figura 50:A Visita Eclesiástica



Fonte:História de Alagoas, Imagem de visita eclesiástica ao condenado Francisco antes de sua execução. Disponível em <<https://www.historiadealagoas.com.br/pilar-e-a-ultima-execucao-judicial-do-brasil.html>> Acesso em 11 de Abril de 2024

Figura 51:0 Enforcamento



Fonte: Senado Federal, representação da plataforma onde era colocada a forca, utilizada como símbolo para amedrontar a população escravizada. Na imagem, a figura do carrasco sobe nos ombros da vítima para acelerar a morte. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperio-usou-a-forca-para-conter-escravos-assassino>>

Dessa forma, indicamos como a visão do editor sobre Francisco vai se transformando ao longo do tempo e se adequando às necessidades da narrativa em construção. No primeiro momento, quando o crime foi anunciado pela primeira vez em abril de 1874, Francisco foi apresentado como uma besta fera, perversa e fria. Meses depois, durante sua captura, o mesmo personagem é apresentado como um covarde, simplesmente por não ter reagido à captura. Diferente do seu comparsa, Severino que foi morto na oportunidade por tentar reagir à prisão. Em um terceiro momento, já durante sua execução em maio de 1876, os adjetivos para descrever Francisco mudam mais uma vez e o condenado é apresentado como pacífico e conformado com a sua pena. Reforçamos que as escolhas de adjetivação são empregadas pelo editor de acordo com a narrativa que ele pretende construir, evidenciando a importância de se analisar a representação escrava nos periódicos locais em um viés de questionamento e contestação.

Por último, procuramos traçar um panorama sobre a Lei Nefanda que possibilitou a condenação de Francisco à forca. A legislação foi criada em 1835 em decorrência da Revolta dos Malês na Bahia (1835) e da Revolta de Carrancas em Minas Gerais (1833).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. F. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835). *Tempo*, v. 23, n. 2, p. 264-289, 2017.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Capítulo 9

0 13 de Maio em Alagoas: Registros de Festejos sobre a Lei Aurea nos periódicos provinciais

Esse texto foi desenvolvido no âmbito das pesquisas de Pibic do Ifal, Edital Prppi 2023. A versão completa do artigo pode ser encontrada na Revista Crítica Histórica (UFAL), 2024 (no prelo). Sob o título 0 I3 de maio em Alagoas: Registros de festejos sobre a Lei Áurea nos periódicos provinciais.



Protagonismo e resistência



O 13 de Maio em Alagoas: Registros de Festejos sobre a Lei Áurea nos periódicos provinciais

No último 13 de maio de 2024 comemorou-se cento e trinta e seis anos da Lei Áurea. O final da escravização no país é um dos temas mais frequentados pela historiografia. Entre as pesquisas mais recentes, temos a preocupação de atribuir protagonismo às camadas populares e entender suas motivações, conferindo relevância ao papel desempenhado pelos ex-cativos (Alonso, 2015; Machado e Castilho, 2015; Pincerati, 2018; Lara 2020).

Figura 52: A Lei Áurea



Fonte: Universidade Federal do Acre, documento original da Lei Áurea ou Lei Imperial nº 3.353.

Disponível em <<http://www2.ufac.br/site/noticias/2018/brasil-celebra-130-anos-da-lei-aurea>> Acessado em 10 de Abril de 2024

No que tange à libertação, especificamente ao 13 de Maio, tivemos por determinado período a preocupação historiográfica em reproduzir os discursos das elites, mostrando o papel dos proprietários em “conceder” à liberdade aos seus cativos.

Nesse sentido, as festas ocorridas em torno do 13 de Maio podem ser um “símbolo” (Pesanvento, 1995) dessa perspectiva, pois muitos periódicos tentaram destacar cerimônias oficiais, onde o papel das autoridades públicas e das elites proprietárias figuram na condição de libertadores. No entanto, confiamos ser possível encontrar nos mesmos periódicos alguns elementos, que porventura, possam assinalar a participação dos libertos e os seus festejos.

De acordo com Wlamyra Albuquerque (2015, pp. I2 e I3), no Brasil esse período costuma ser chamado de “pós abolição” e tem se constituído como um novo campo de investigação com caráter mais sistemático e dissociado dos estudos sobre escravidão e abolicionismo. Para a autora, o significado da pós abolição no Brasil suscita diversas “faces e fases”, pois foi um período de longa duração que abrange desde a propaganda abolicionista nas capitais do Império na década de I880 até os movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização . Estudos que envolvem biografias e instituições numa “era de incertezas, expectativas, esperanças, recordações, lutas, desilusões, avanços e recuos”.

Figura 53: Libertos comemoram o fim da escravidão



Fonte: Fundação Pedro Calmom. Disponível em

<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2022/I2/I6/o_I3_de_mai_o_e_as_celebracoes_da_liberdade_na_bahia/>

Acessado em I0 de Abril de 2024

Os periódicos de Alagoas e o 13 de maio

Para maior compreensão do processo de final do escravismo encontramos 24 periódicos em circulação em Alagoas durante o ano de I888. Desses, selecionamos três jornais para a presente análise; O Trabalho, O Orbe e a Província das Alagoas; por possuírem maior número de edições para o período em tela. Além disso, seus editores e ideias eram bastante conhecidos pelos contemporâneos.

De acordo com Marquese (2006), os periódicos da segunda metade do XIX tinham por característica enaltecer a participação das autoridades públicas e de alguns membros das elites proprietárias no processo que culminou na abolição da escravatura no país.

Figura 54: Câmara dos Deputados



Fonte:Jornal do Senado, Câmara dos Deputados, local da votação do fim da escravidão.

Disponível em <file:///C:/Users/INTEL-SAMSUNG/Downloads/20I3-05I3- Encarte.pdf >

.Acessado em 10 de Abril de 2024

‘Entre licores e conhaques’: O Orbe

Figura 55: Assinatura da Lei Áurea



Fonte: Jornal do Senado. Imagem de D. Isabel assinando a Lei Áurea rodeada por senadores e autoridades. Registros destacavam apenas a participação de personagens das elites. Disponível em <file:///C:/Users/INTEL-SAMSUNG/Downloads/20I3-05-I3_Encarte.pdf> Acessado em 10 de Abril de 2024

Em O Orbe, edição publicada em 19 de maio de 1888, ao noticiar o final da escravização e os festejos que ocorreram no teatro público da cidade, destaca-se:

O nosso amigo Pedro Soares (...) subiu à tribuna e num lampejante improviso, comunicou ao povo ali reunido a grande nova, e ao terminar, levantou vivas à Nação, a Redenção dos cativos e à S. A. a Princesa Imperial Regente. (...)

Às 8:30 horas da noite teve começo o espetáculo da Pantheon Alagoana.

O teatro achava-se lindamente decorado exterior e interiormente, todo iluminado, e como poucas vezes o temos visto. A concorrência de sócios e convidados era extraordinária. Erguido o pano, foi cantado pelos sócios de cena e por meninos e meninas um lindo hino abolicionista composto exclusivamente pelo rvm. Padre Valadares, e que agradou imensamente. O palco estava ricamente decorado com esplêndido docel, onde se viu o retrato de S. M. o Imperador, troféus, bandeiras, etc. (...)

Ao terminar o hino foram levantadas muitas vivas, todos correspondidos calorosamente. (...)

Depois foram todos em bonds expressos até Jaraguá, onde a Fênix ofereceu no seu elegante palacete, licores e conhaques, trocando-se vários brindes entre os senhores Major Tosta, Pedro Nolasco, José A. Azevedo Mello e Napoleão Goulart, digno presidente da distinta sociedade. (O Orbe, 19 de maio de 1888, p.I)

Figura 56: Um teatro do século XIX



Fonte:flickr. Imagem do interior do teatro Pignatelli em 1880, Imagem representa como seria a Pantheon Alagoana, espaços elitistas e excludentes . Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/zaragozaantigua/30862758614>>

Acessado em 10 de Abril de 2024

Assim, entre “licores e conhaques” num “elegante palacete”, a elite proprietária, o governo da província, um reconhecido abolicionista local e demais autoridades brindaram o final da escravização em Alagoas, não esclarecendo o papel dos libertos no processo. Estes são vistos como simples objetos da ação das elites, se beneficiam do processo, mas não participam do mesmo.

Figura 57: A Missa Campal em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1888



Fonte: Brasileira Fotográfica. Antônio Luiz Ferreira. Missa celebrada em ação de graças pela Abolição da Escravatura no Brasil com destaque para presença da Família Real. São Cristóvão, Rio de Janeiro. / Acervo IMS
<<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=528> > Acessado em 25 de Abril de 2024

Semanalmente nas primeiras páginas de *O Orbe*, os editores e jornalistas conferiam aos escravizados a condição de pacientes e de pacíficos. Por outro lado, em pequenos artigos publicados esporadicamente e localizados sem nenhum destaque, podemos perceber que os cativos não eram tão pacientes assim, e desempenhavam seu papel de agentes históricos. Pensar de forma crítica os artigos publicados nesses documentos nos autorizam a reconhecer diferentes versões dos fatos e do que escreviam seus editores, buscando encontrar vestígios da participação dos cativos no processo de conquista da liberdade, ou, ao menos, desvendar aspectos do cotidiano de constantes negociações que estabeleciam com seus senhores (Carmo, 2019). Esse aspecto pode ser observado nas notícias dos festejos pela libertação, pois enquanto autoridades e membros das elites fulguram com destaque nas notícias, os ex-cativos aparecem como figurantes. Cabe ao pesquisador confrontar a narrativa estabelecida.

Em um exemplo, em outro trecho do artigo de *O Orbe* publicado em 19 de maio de 1888, apenas nas últimas linhas do texto são mencionadas festividades protagonizadas por membros do povo, temos:

“Terminada a conferência, cujo o programa foi alterado, para encurtá-lo, a fim de que o povo pudesse tomar parte no grande regozijo a onda popular dirigiu-se à sede da Libertadora Alagoana, onde preparava-se uma luzida marcha cívica”.

Ou seja, a população esteve na rua e saudou a chegada da liberdade. Mas é preciso encontrar e destacar essas passagens, reconhecendo sua importância.

Figura 58: Multidão em frente ao Palácio do governo em 13 de maio de 1888



Fonte: Senado Notícias. Registro de maior participação popular celebrando o fim da escravidão. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/13/senadores-destacam-o-dia-da-abolicao-da-escravatura-e-pregam-o-fim-do-preconceito-racial>> Acessado em 10 de Abril de 2024

Por fim, o editor do periódico demonstra prevenções quanto às ações do governo a partir do 13 de maio:

O governo deve, pois, attender hoje à colonização dos libertos, que por motivo da lei de 13 de maio precisam de ocupação, porque em grande parte eles abandonam as propriedades dos seus ex senhores e não acham facilmente ocupação decente.”(O Orbe, 6 de Junho de 1888, p. 1).

Ou seja, existia a preocupação por parte do editor e seu grupo político de criar condições de trabalho e ocupação aos libertos. Por trás desse pensamento, existia a preocupação com aspectos da segurança na província, pois desconfiavam que a libertação poderia trazer com ela dificuldades para as autoridades no que diz respeito à segurança e aos problemas sociais.

Um outro viés: libertos do 13 de maio nos periódicos de Alagoas

Em Alagoas a libertação foi saudada no periódico O Trabalho, jornal sediado no município de Pão de Açúcar e editado por Achilles Mello e Miletto Rego. Identificava-se como “Órgão do Commercio, da Lavoura e dos Interesse Sociais”. Em 25 de maio de 1888 o editor fez as seguintes considerações sobre a chegada da notícia da libertação em Maceió:

As 10 horas da manhã desse festivo dia, o vapor-Maceió-da empresa Fluvial, assomou no morro do Faria, e todas as vistas para ali convergiram. O vapor de terça feira devia ser o mensageiro da feliz nova, e o povo o esperava com ansiedade.

Em frente à travessa da Matriz, achavam se collocadas, de ordem do Dr. Luiz Gonzaga de Almeida Araujo, ilustrado e digno Juiz Municipal desta comarca, diversas girândolas de foguetes; e em frente à travessa Gutenberg haviam outras collocadas pelos libertos, com o fim de saudarem a chegada do vapor. (...)

Às 7 horas da noite, estando modestamente decorada a casa da câmara, alli compareceram as auctoridades judiciárias, o presidente da câmara, e um concurso enorme de povo acompanhados de uma banda de música marcial, e todos os libertos que puderam comparecer. (...)

Sahirão as autoridades e povo, acompanhados da banda marcial, a percorrem as principais ruas da Cidade. (...)

D'alli seguiu para a rua da Matriz, e ao passar em frente à casa onde reside o Dr. Juiz Municipal, este pronunciou um eloquente discurso, onde historiou a batalha abolicionista começada em 1830, pela proibição do infame tráfico de africanos. Rememorou o histórico dessa campanha, data por data, nome por nome dos protagonistas mais salientes, quer na tribuna das câmaras, quer na Imprensa.

Mostrou, com vivas cores, os horrores dessa hydra chamada escravidão, e conclui pedindo aos libertos q' não abusassem desse direito sublime que hoje adquiriram; e finalmente ergueu vivas à Nação, ao Imperador, à Regente, e aos libertadores em prò da liberdade. (...)

Ahi findou a passeata semi official para ter principio a festa dos libertos os quais, com a urbanidade de quem podem dispor, convidaram autoridades e povo a servirem de um chven de chã, que foi servido com toda regularidade.

Findo isto às 10 e meia da noite, começou entre os libertos o classico couco que durou até às 5 horas da manhã. (O Trabalho, 25 de maio de 1888, p.2)

O relato destacou o discurso das autoridades provinciais, conferindo protagonismo a esses grupos sociais. Observamos que uma ameaça velada persistia no discurso, ao indicar para “não abusar do direito” da liberdade, conclui-se que a libertação era frágil e poderia ainda ser revertida, devendo o liberto comportar-se para não perdê-la. Além disso, destaca-se a “urbanidade” demonstrada pelos libertos, ou seja, esperava-se deles bom comportamento nos eventos e cerimônias do centro da cidade e eram vigiados quanto a isso. Ainda sim, o povo festejou a liberdade até às 5h da manhã ao ritmo do “cuoco”.

Dessa forma, ainda no mesmo artigo, quando dedicou-se a escrever sobre os libertos emitiu as seguintes impressões:

Notou se uma scena indescritível ao entrarem os libertos na casa da Câmara Municipal: Existia ali um quadro com os retratos do Deputado (inelegível) do Dr. José Mariano: um dos pretos perguntou quem eram os originais e dizendo lhe que eram os dois abolicionistas denodados, ele ajoelhou se, e na sua linguagem rude, agradeceu lhes o benefício que fizeram aos míseros escravizados, derramando lágrimas que sensibilizaram o auditório.

O liberto que assim procedem era um d'aquelles cujo senhor não costumava maltratar os infelizes que tinha como escravos.

Imagina se o que não fariam aquelles que eram tratados como brutos, isso é, como coisas e não pessoas ! (Festejos á Lei de 13 de Maio de 1888, O Trabalho, 25 de maio de 1888, p. 2. Pao d'Assucar)

Destaca-se que os libertos são representados como submissos e cheios de gratidão. O escravizado é reconhecido pelos seus gestos rudes, enquanto o editor rememora os tempos brutos, isto é, o período dos castigos físicos da escravização.

O jornal a Província de Alagoas

A Província das Alagoas, apresenta posicionamento sui generis. Nela os festejos realizados durante a libertação são assinalados como “vadiação”, ao mesmo tempo em que o editor pedia intervenção dos órgãos públicos e reclamava por uma nova lei de controle social. Na descrição do periódico, o período pós-abolição em Maceió é apresentado como “uma enxurrada” de miséria na cidade, demonstrava preocupação com o grande número de mulheres que se prostituíam, com o livre trânsito de detentos e com uma suposta situação de “caos” que se instalara na capital da província. E “a infeliz população da cidade” parecia “condenada a viver numa sentina” (A Província das Alagoas, Desleixo, Iº de agosto de 1888, p.2). Curioso observar que, na opinião do editor, todas as mazelas sociais se agravaram a partir da libertação dos cativos.

Treze de maio, pôde-se dizer, foi o término de uma batalha e o começo de mil; pereceu um homicida e surgiram outros não menos terríveis.

Convém duplicar os esforços.

O nosso fardamento azul, sem mais a mancha escrava que o nodoava, sorri cheio de gaudío. Recamado de estrellas que são como as flores de uma laureola: mas, infelizmente, á sua sombra, no seos beijos e nos seos sorrisos, dorme a prostituição, a miseria geme na enxurrada e a ignorancia lavra por toda a parte.

Para cada lado que nos voltamos vemos um ente (ilegível), coberto de farrapos, na mais hedionda miséria. Ontem era o escravo que apodrecia nos latifúndios, (inelegível) às escuras, sem alimento e sem vestes, tendo por mão carinhosa uma verdasca assassina; hoje è a pobreza deixando-se levar pela escala aterrorizadora dos crimes, que começa pelo roubo e acaba pelo homicídio, que ensina a roubar às ocultas e depois exigir nos portais, violentar e matar ! (A Província das Alagoas, Notas a lápis, Iº de agosto de 1888, p.2)

O trecho evidencia certo sentimento de insegurança, mas principalmente de incompreensão e aversão ao recém liberto, pois estabelece conexões indevidas entre os problemas sociais e a chegada da libertação. Além disso, em outras passagens, os proprietários representados no jornal preocupavam-se com questões econômicas e de manutenção do trabalho subserviente nas lavouras. Por fim, o receio e a junção dos temas coloca em evidência o olhar preconceituoso do editor. Em outro trecho da notícia observa-se:

Não tem sido uma vez nem duas que têm se encontrado, nesta capital, cadáveres de recém nascidos lançados ao esterquilínio,[ilegível], á mercê dos cães e dos corvos, e se a polícia tem procurado desvendar esses crimes, bem pouco tem feito que salve a nossa moralidade e civilização ultrajadas.

E nem deverá procurar, a menos si quizer começar pelo alcance e pela enxovia, suffocando a prostituição que lavra escandalosa, salvando-o com a escola e com a officina, dando-lhe luz e trabalho.

Depois da lei de 13 de maio, vemos todos os dias transitar nas nossas ruas um bando de crioulinhos, sem mãe nem pai nem trabalho honesto que as garantam, entregues somente à libertinagem dos dd. Juans.

A causa primordial de tudo isto é a falta de instrucção e de um labor honesto. Caminha tudo para um completo desleixo, sem que ninguém oponha um paradeiro.(A Província das Alagoas, Notas a lápis, 1º de agosto de 1888, p.2)

Figura 59: Libertação dos escravos no Brasil



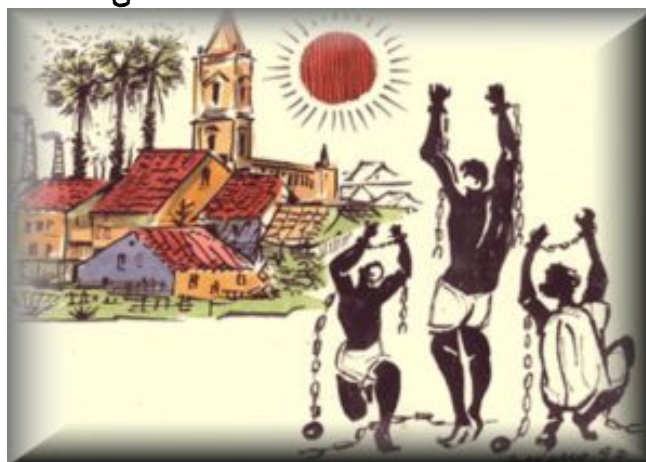
Fonte: Estudo Kids. Imagem escravizados celebrando a libertação no 13 de maio de 1888. Disponível em <<https://www.estudokids.com.br/a-libertacao-dos-escravos-no-brasil/>> Acessado em 25 de Abril de 2024

Ou seja, embora não tenha postado-se abertamente contra a abolição, insinuava que a libertação trouxe consigo diversos malefícios e agravou os problemas sociais existentes. A miséria e o abandono, infortúnios da população carente, eram colocados na conta da libertação. Quanto às autoridades, eram incapazes de oferecer educação e trabalho para essa população.

Por fim, de acordo com Albuquerque (2015, p.15), acompanhar o processo histórico da libertação significa “invadir outras veredas da história do Brasil republicano”, envolvendo espaços tempos e agências variadas. Dessa forma, ao analisar os periódicos locais em que eram reproduzidos longos discursos, percebe-se que o palco principal eram os casarões luxuosos com participação dos membros das elites. Em contramão, as pessoas que de fato deveriam ser narradas na história, raramente apareciam. E quando citadas, era por uma perspectiva negativa.

Ainda assim, é possível afirmar que as festas da abolição nos instantes imediatos da assinatura da Lei Áurea reverberou em Alagoas, emergindo, principalmente na capital, uma percepção de liberdade e essa sensação pode ser observada na imprensa. Consideramos que a luta do povo escravizado foi essencial para o fim da escravidão, e sobre isso não há dúvidas, no entanto, no caso a imprensa de Alagoas, era apequenado o papel do escravizado e o seu protagonismo na luta pela abolição.

Figura 60: Escravos libertos



Fonte: Sobral Agora - Blog do radialista Bené Fernandes. Imagem celebra o marco histórico do fim da escravidão no Ceará, a primeira província brasileira a libertar os escravos, em 25 de março de 1884. Disponível em <<https://sobralagora.com.br/2017/03/ceara-feriado-data-magna-do-ceara-celebra-a-libertacao-dos-escravos/>> Acessado em 25 de Abril de 2024.

Conclui-se que a luta do povo escravizado em território brasileiro foi essencial para a libertação dos mesmos. Havia muitas fugas e outras tentativas de obter a liberdade retratadas nos periódicos provinciais. No tocante aos festejos do 13 de Maio, percebe-se que a população esteve presente nas ruas e participou festivamente das comemorações e cerimônias, embora os periódicos não tenham registrado com destaque essa participação.

Por fim, nos dias seguintes ao 13 de maio de 1888, permaneceu a pairar no país as dificuldades da inclusão e o respeito aos direitos de parcelas consideráveis da população. Os libertos e seus descendentes permaneceram marginalizados e olhados com desconfiança, não existiram ações do poder público para integrá-los. Ao contrário, foram considerados, por muitas vezes, causadores dos problemas sociais dos quais foram vítimas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra et al. Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). Selo Negro, 2015.
- ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 - 1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARMO, Lucas Rodrigues. Alforrias nos livros de notas de Jatahy: estratégias na negociação da liberdade (1872-1888). Fato & Versões-Revista de História, v. II, n. 22, p. 62-77, 2019.
- LARA, Silvia Hunold. O espírito das leis: tradições legais sobre a escravidão e a liberdade no Brasil escravista. Africana Studia, n. I4, 2020.
- MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculosXVII a XIX. Novos estudos CEBRAP, p. 107-123, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- PINCERATI, Walker Douglas. Silêncio na Pinacoteca: Estudo para Libertação dos Escravos no campo dos discursos. Revista Linguagem & Ensino, v. 21, n. 2, p. 159-167, 2018.